

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA



A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA BAHIA

SALVADOR — BAHIA
1978

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA BAHIA

- Antecedentes
- Perspectivas

SALVADOR – BAHIA

1 9 7 8

Bahia. Secretária da Educação e Cultura. Departamento de Ensino de 1º Grau. Divisão de Assistência Psicopedagógica.
B135

A Orientação educacional na Bahia; antecedentes, perspectivas. Salvador, 1978.
77 p. ilust. graf. tab.

CDD – 372.15814

CAPA e ILUSTRAÇÃO
Yranir Paschoal de Moura

DOCUMENTAÇÃO
Magnólia Maria Cedraz Bauzin
CRB - 5/117

REVISÃO DE TEXTO
Maria da Conceição Meyer Nascimento

GOVERNADOR DO ESTADO

Roberto Figueira Santos

SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna

Mário Cardoso Costa Neto

DIRETORES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU

Astor de Castro Pessoa

Regina Maria Rebouças

DIRETORA DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA
PSICOPEDAGÓGICA

Maria Lúcia Dultra Cintra

CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL E VOCACIONAL

Theresinha Guimarães Miranda

AGRADECIMENTO

Somos gratos a todas as pessoas que contribuíram, através de sugestões, discussões e críticas para a análise da versão preliminar deste documento. De modo especial, agradecemos aos Núcleos de Orientação Educacional e de Supervisão da UFBa., ao Colegiado de Supervisão e à Divisão Técnico-Pedagógica do 1º Grau desta Secretaria, bem como aos Orientadores Educacionais atuantes na rede oficial de ensino do primeiro grau na Bahia.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Alice Maria Barbosa Oliveira
Ana Margarida Martins Monteiro
Idalina Belio Dultra
Jandira Lima Barbosa
Maria Lúcia Dultra Cintra
Maria Marta Moura Bastos Prazeres
Theresinha Guimarães Miranda

CONSULTORES

Dilza Maria Andrade Atta
Maria Augusta Cruz Abdon
Silvestre Ramos Teixeira

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	15
1.1. Em âmbito nacional	15
1.2. Em âmbito estadual	15
2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO DE 1º GRAU DO SISTEMA ESTADUAL DA BAHIA	19
2.1. Considerações gerais sobre o ensino de 1º Grau no Sistema Estadual	19
2.2. Dimensionamento da Orientação Educacional na Rede Oficial de Ensino de 1º Grau	20
2.3. Estrutura e funcionamento	26
2.3.1. Aspectos legais	26
2.3.2. Modelos existentes	29
2.3.3. Nível de desempenho	31
2.3.3.1. Percepção dos diretores acerca da atuação dos Orientadores Educacionais	31
2.3.3.2. Posicionamento do Orientador Educacional em relação às suas funções básicas	31
2.3.3.3. Caracterização da Orientação Educacional por objetivo e metodologia específica	31
2.4. Esquema de assessoramento técnico ao SOE pela SEC	40
3. NOVO MODELO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	43

3.1. Fundamentação teórica.....	43
3.2. Operacionalização.....	47
3.2.1. Estrutura.....	47
3.2.2. Funcionamento.....	50
3.2.2.1. Objetivo geral do modelo	50
3.2.2.2. Objetivos específicos por campo de ação. . .	50
3.3. Controle e avaliação	55

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ANEXO 1 – Decreto nº 72.846 de 26 de setembro de 1973 (. . . prevê sobre o exercício da profissão do Orientador Educacional)	59
ANEXO 2 – Escolas que dispõem de SOE por localização, nível de ensino, modelo de ação e número de Orientadores Educacionais (1976)	62
ANEXO 3 – Questionário de Avaliação do SOE	67
ANEXO 4 – Inventário de Auto-Avaliação do Orientador Educacional	71
ANEXO 5 – Objetivos gerais dos SOEs' de 25 unidades escolares da Capital (1976)	73
ANEXO 6 – Projetos propostos e executados pelos Orientadores Educacionais em 25 unidades escolares da Capital	75
ANEXO 7 – Atividades de Informação Profissional	77

I N T R O D U Ç Ã O

A Orientação Educacional está voltada para o desenvolvimento do indivíduo e seu ajustamento ao ambiente físico e social. Constituindo-se uma habilitação de grande lastro legal, seus objetivos específicos ressaltam o ajustamento do aluno através da proposição de alternativas que irão significar um posicionamento do mesmo frente a valores sociais. Assim, a O.E. pode ser conceituada como uma ação, mediante a qual se desenvolvem relações interpessoais significativas no contexto escolar, que permitam ao aluno vivenciar situações de aprendizagem facilitadoras do seu processo de maturação pessoal e social.

Analizando-se, contudo, este serviço no processo de desenvolvimento educacional do país, constata-se uma curva de crescimento pouco significativa que resulta num panorama com as seguintes características:

- a) defasagem entre o número de Orientadores Educacionais x necessidade do sistema;
- b) ausência de uma política nacional com relação à O.E.;
- c) má estruturação dos cursos de formação do Orientador Educacional.

Tais características geram distorções tradicionais tanto na concepção quanto na ação da O.E., além de resistência por parte de professores e diretores desinformados sobre os reais objetivos deste serviço.

O presente documento, partindo de uma análise crítica da situação da O.E. na rede de ensino de 1º grau do Estado, propõe-se a sugerir uma linha de ação mais objetiva e coerente deste serviço de acordo com as necessidades da escola e do sistema atual de ensino.

Os aspectos enfocados objetivaram um posicionamento da O.E. na legislação de ensino e a caracterização qualitativa e quantitativa dos modelos reais adotados no 1º grau. As informações coletadas, bem como o estudo das teorias mais atuais em educação, embasaram a elaboração do novo modelo de ação, tanto no seu aspecto teórico quanto prático.

Pondendo ser utilizado como instrumento de consulta por quantos se interessem pela maximização dos recursos disponíveis e das necessidades da escola, este documento poderá, também, revestir-se de um caráter facilitador da identificação profissional dos especialistas desta área e constituir-se num elemento de ligação entre os interesses da Secretaria da Educação e Cultura (SEC) e as instituições formadoras dos especialistas em Orientação.

As idéias aqui contidas estão sujeitas a constante avaliação, tendo em vista um maior aprimoramento das atividades da O.E. e seu ajustamento à diversidade de condições existentes nas unidades escolares do Estado. Em nenhum momento, o novo modelo proposto foi admitido com vista a uma generalização na rede de 1º grau do Estado e considera-se imprescindível que a sua adoção seja precedida de uma análise da escola e do Serviço de Orientação Educacional (SOE) como um todo, notadamente nos seus aspectos filosóficos e infra-estruturais.

Sem pretender que este documento esgote o manancial de sugestões para a solução dos problemas atuais da O.E., a equipe de elaboração espera que ele represente um passo inicial para despertar um maior interesse dos educadores e do sistema pela área, traduzido em uma mudança de comportamento e maior concessão de recursos humanos e materiais para sua expansão e melhoria.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

1.1. Em âmbito nacional

Somente a partir de 1934 o Brasil atentou para a grande importância da Orientação Educacional, tendo como pioneiros os trabalhos realizados pelas professoras Araci Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt. A partir daí, a O.E. foi-se impondo no cenário educacional brasileiro de tal maneira, que em 1942 já era reconhecida oficialmente pela lei 4244 de Gustavo Capanema.

Em 1958, através da Portaria Ministerial 105, foi permitido às Faculdades de Filosofia a realização de cursos de Orientação Educacional a nível de pós-graduação, para licenciados e portadores de registro do MEC, com experiência de três anos de magistério.

Com o advento da lei 4024/61, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 38 foi salientada a importância da Orientação Educativa e Vocacional nos colégios de níveis médio e primário, com a finalidade de orientar a aprendizagem dos alunos, fazer aconselhamentos e ou encaminhamentos. Nesta mesma lei, artigos 62, 63 e 64, ficou determinada a realização de cursos especiais para formação do Orientador Educacional pelas Faculdades de Filosofia e Institutos de Educação. Nessa ocasião, era indispensável que os candidatos aos cursos de Orientação para o nível médio fossem Inspectores federais de ensino ou licenciados em Pedagogia, Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais ou Educação Física; deveriam ser diplomados em Escolas Normais ou em Institutos de Educação, aqueles candidatos a cursos para atuação nas escolas primárias. Em ambos os casos, continuava presente a exigência de três anos de experiência de magistério, já prevista pela portaria 105/58.

Em 1962, uma série de decisões foi tomada na área de Orientação Educacional, qual seja:

- a) Portaria Ministerial de número 137, fixando normas para a habilitação do Orientador de Educação, através de exames de suficiência sucessivos e cursos especializados de um ano nas Faculdades de Filosofia.
- b) Parecer 251 do C.F.E., introduzindo a Orientação Educativa como disciplina optativa no currículo de Pedagogia.
- c) Parecer 374 do C.F.E., fixando o currículo mínimo para o Curso de Orientação Educativa em nível de pós-graduação.

No ano seguinte, a Lei Orgânica de Ensino publicada no Diário Oficial da União em 03/08/63, ratifica a Lei 4024/61, tornando obrigatória a Orientação Educativa em todos os estabelecimentos de ensino médio e primário, público ou particular e determinando a criação de um serviço para supervisionar e coordenar as atividades do orientador.

O período compreendido entre 1965 e 1973 foi também significativo em relação à legislação para a O.E., através dos seguintes atos:

- a) Portaria Ministerial 159/65, regulamentando o curso de Orientação Educacional de acordo com a L.D.B.
- b) Lei 5540/68, fixando novas normas para o Ensino Superior.
- c) Lei 5564/68, definindo como suas atribuições, além do aconselhamento e outras que lhe são peculiares, a docência das disciplinas do Curso de Orientação Educativa.
- d) Parecer 252/69, do C.F.E., colocando a Orientação a nível de graduação, como uma das habilitações do curso de Pedagogia.
- e) Lei 5692/71, instituindo obrigatoriamente a Orientação Educacional em todos os estabelecimentos de ensino.
- f) Decreto Presidencial 72846/73, regulamentando a Lei 5564/68 que prevê sobre o exercício da profissão de Orientação Educacional.

Atualmente a Orientação Educacional está regida pela lei 5692/71 e Decreto 72846/73 (anexo 1). A formação do orientador de nível superior através de cursos de graduação e/ou pós-graduação, teve reduzida a experiência de magistério prévia ao curso, de três para um ano anterior ou concomitante ao curso.

Com relação ao assessoramento técnico, os Serviços de Orientação Educacional foram assistidos em caráter nacional pelo MEC nos anos de 1957, 1958, 1960, por meio de simpósios, encontros e seminários. Desde 1970, entretanto, estas atividades vêm sendo promovidas pela Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE), órgão supremo dos Orientadores Educacionais de todo o país, criado em julho de 1969 e constituído como sociedade civil, tendo como principais finalidades:

- a) representar judicial e extrajudicialmente as entidades federadas;
- b) defender os interesses e direitos das entidades federadas e de seus associados;
- c) promover ou referendar os congressos, simpósios, encontros, jornadas e atividades similares de Orientação Educacional;
- d) estimular e patrocinar o crescimento em nível intelectual e técnico dos Orientadores Educacionais, mediante promoções adequadas.

1.2. Em âmbito estadual

Sentindo a necessidade de melhor atender às exigências do educando face às mudanças culturais, a Bahia também começou a se preocupar com as

novas perspectivas da educação, onde vários serviços integrados entre si, incluindo a família e a comunidade, buscassem um equilíbrio significativo no desenvolvimento do educando.

Em 1959, o Colégio Militar de Salvador implantou o primeiro Serviço de Orientação na Bahia e, em 1960, as Faculdades de Filosofia das Universidades Federal da Bahia e Católica do Salvador instalaram o Curso de Orientação Educacional, conforme exigências da Portaria Ministerial 105/58. Estes cursos tinham duração de dois anos, um teórico e outro de estágio supervisionado, sendo pioneiros na sua implantação os Professores João Mendonça (UFBa.) e Irmão Martin Dubois (UCSal).

A Secretaria da Educação e Cultura do Estado, reconhecendo a necessidade do Serviço de Orientação Educacional em colégios da rede oficial do Ensino Médio, baixou em 1961 portarias designando professores com curso teórico de Orientação Educacional, para instalarem o serviço em sete colégios da rede oficial (Colégio Estadual da Bahia, Duque de Caxias, ICEIA, Góes Calmon, Manoel Devoto, Pinto de Carvalho, Severino Vieira) e exercerem, como estagiários, atividades inerentes à função do Orientador. Nesta época, também foram implantados estes serviços em cinco estabelecimentos da rede particular (Maristas, Mercês, Salete, Soledade, D. Bosco). As atividades de assessoramento, então, eram realizadas pela Secretaria da Educação e Cultura através de um coordenador geral, que era um professor de Métodos e Técnicas de Orientação Educacional.

Em 1966 foram criadas, no quadro de Funcionalismo Público do Estado, 60 vagas para Orientador de Educação Média, das quais 40 foram ocupadas e 20 posteriormente extintas. No ano seguinte, a Lei Orgânica do Estado da Bahia, no seu artigo 79, determinou a implantação progressiva dos Serviços de Orientação Educativa em todas as unidades escolares a nível primário e médio do Sistema Estadual de Ensino. Esta mesma lei criou um órgão central para coordenar os Serviços de Orientação Educativa dos colégios de ensino médio, através da Seção de Orientação Educacional e Vocacional.

Em 1968, considerando-se a necessidade de atendimento ao artigo 79 da Lei Orgânica do Ensino, baseada na lei 4024/61, organizou-se um curso de Orientação Educacional para professores primários, através da extinta Divisão de Assistência e Relações com a Comunidade (DARC) do Departamento de Ensino Primário (DEP), em colaboração com o Departamento de Ensino Médio (DEM). O referido curso, realizado no Instituto Central de Educação Isaías Alves, teve a carga horária de 1.400 h, sendo os participantes submetidos a concurso de provas e títulos, em 1970, para o preenchimento de 15 vagas para Orientador Educacional de nível primário do quadro de funcionalismo público do Estado. Dos concursados, somente 15 foram nomeados como orientadores, sendo os demais aproveitados na função específica, sem as vantagens do cargo de Orientador Educacional. Com o advento da Lei 5692/71 a atuação do PREMEN neste Estado, várias contratações de Orientador foram efetuadas até que a SEC, em 1973, através da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (DSAP/DESAP) e das Divisões de

Assistência Psicopedagógica dos Departamentos de Ensino de 1º e 2º Graus, realizou concurso de títulos, prova de comunicação e seleção psicotécnica para contratação, sob regime de CLT, de novos especialistas nesta área. Concorreram a esta seleção 25 Orientadores Educacionais com formação de pós-graduação de 2º grau e 63 com licenciatura plena, tendo sido beneficiado o 1º grau com 23 Orientadores Educacionais para as unidades de nível I e 27 para as de níveis II e III.

A nível de Estado, o assessoramento técnico inicialmente também era promovido pelo MEC, através da sua Inspeção Seccional, que realizava encontros e seminários anuais. Com a criação, em 1961, do Centro de Orientadores Educacionais da Bahia (COEB), 1º Órgão de Classe dos Orientadores Educacionais no Brasil, por iniciativa do Professor Irmão Martin Dubois, esse assessoramento passou a ser uma das suas atribuições, até que a Secretaria da Educação foi promovendo a criação de órgãos específicos de Orientação Educacional nos seus Departamentos de Ensino.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

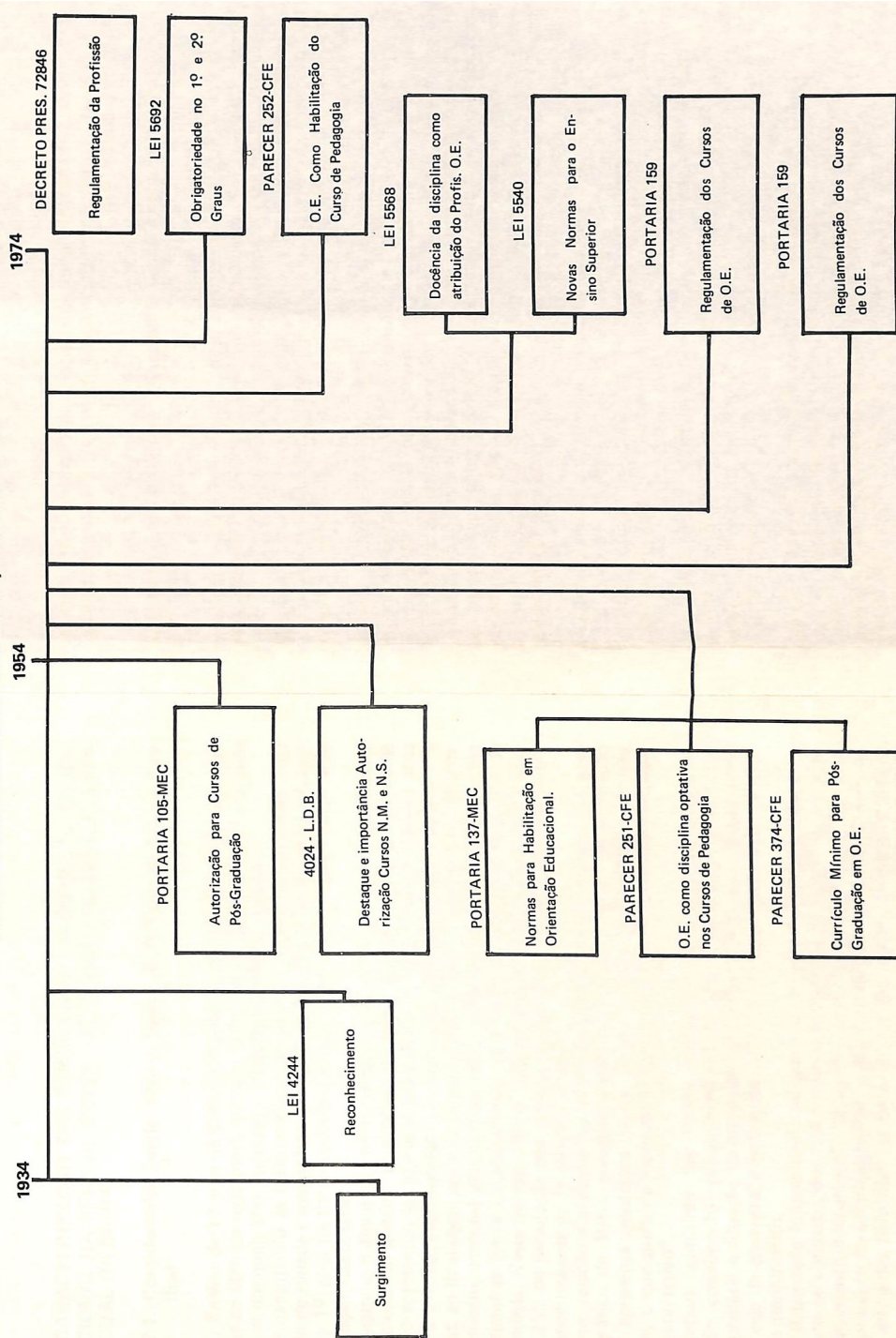


FIGURA 1

2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO DE 1º GRAU DO SISTEMA ESTADUAL DA BAHIA

2.1. Considerações Gerais sobre o Ensino de 1º Grau no Sistema Estadual

O Ensino de 1º grau do Sistema Estadual de Ensino da Bahia representa mais de 90% da rede total, sendo constituído em 1976 de 2.594 unidades escolares das quais 300 situam-se na Capital e 2.294 no Interior.

Apresentando as características de ensino típico de um Estado cuja taxa de densidade demográfica extrapola as condições de oferta de escolaridade, o 1º grau na Bahia apresenta-se com altas taxas de repetência, evasão e defasagem idade-série.

Segundo o Relatório de Progresso da CLAN – Caracterização Geral e Institucional do Sistema de Ensino do Estado da Bahia, a rede de ensino de 1º grau apresentou-se estacionária no período compreendido entre os anos de 1965 a 1970, encontrando-se a taxa de escolarização da população de 7 a 10 anos, ao final desse período, entre os mais baixos índices do país. Admitiram também, estes estudos, que em 1971, 40% dos alunos matriculados nas três primeiras séries encontravam-se com mais de três anos de atraso de escolaridade. Neste mesmo ano, o total de ofertas de níveis II e III não chegava a 25% da população que deveria ser atendida, e mais de 50% da matrícula concentrava-se na 1ª série do 1º grau.

Com relação a crescimento, o mencionado relatório, baseado no Censo Demográfico de 1970, considerou que, em termos globais, “cada geração escolar apresenta resultados muito pouco melhores em relação à geração anterior, o que suscita a hipótese de saída prematura e da não alfabetização em um ano letivo”.

Embora admitindo ter havido substancial melhora nos aspectos de expansão, crescimento e produtividade do 1º grau após 1970, pode-se afirmar que é precária a situação da educação na Bahia e que os especialistas ainda estão longe de encontrar o necessário equilíbrio entre a qualidade e a quantidade do atendimento.

A Orientação Educacional, integrando o Sistema de Educação, é agente e produto do contexto, devendo portanto ser avaliada em função do nível de desenvolvimento educacional alcançado. Tal processo, entretanto, foi inviável na presente caracterização, haja vista a inexpressividade do número de escolas atendidas pelo SOE na Bahia e o pouco tempo de atuação efetiva

deste serviço na rede estadual. A adoção do método de amostragem, por outro lado, mesmo admitindo a sua inadaptação ante o universo de escolas de 1º grau, não possibilitaria a identificação do nível de influência da OE no processo educativo global, considerando que não houve um diagnóstico das unidades escolares atendidas pelo SOE antes e depois de sua implantação. Além do mais, contam as unidades escolares atendidas e os próprios serviços de O.E. com uma grande diversidade de condições estruturais e funcionais, e grande soma dos resultados de O.E. ligados à área de comportamento dificilmente será avaliada de modo objetivo dentro de uma periodicidade previamente definida.

Assim, a caracterização do serviço de O.E., na rede de ensino de 1º grau, pautou-se no estudo das condições atuais deste serviço e na análise do que pretenderam e realizaram os especialistas desta área no período compreendido entre os anos de 1974 e 1976. Serão identificadas no subitem denominado dimensionamento do universo de escolas atingido pelo SOE, as suas características com relação a recursos humanos e clientela. No aspecto referente a Estrutura e Funcionamento, será enfocada a organização sistêmica do serviço, bem como modelos existentes e nível de desempenho.

2.2. Dimensionamento da O.E. na Rede Oficial de Ensino de 1º Grau

No final do ano de 1976, apenas 70 unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de 1º grau dispunham do Serviço de Orientação Educacional, o que representava 2,6% do universo de escolas deste grau de ensino. Observou-se uma predominância da ação deste serviço na Capital e um alto nível de concentração das atividades em escolas de níveis II e III, o que equivalia respectivamente aos percentuais de 58,3% e 85,5% dos serviços em geral, conforme tabela I e anexo 2.

Tabela I

ESCOLAS QUE DISPÕEM DE SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL POR LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	Nº DE ESCOLAS POR NÍVEL DE ATUAÇÃO		TOTAL
	NÍVEL I	NÍVEIS II E III	
CAPITAL	10	31	41
INTERIOR	—	29	29
TOTAL	10	60	70

No que tange a recursos humanos, o atendimento em O.E. tem sido realizado por um número de 137 especialistas, dos quais 75% atuam na Capital e 25% no Interior.

Tabela II
ORIENTADORES POR LOCALIZAÇÃO E NÍVEL DE ATUAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	TOTAL	NÍVEL DE ATUAÇÃO		
		NÍVEL DE ESCOLA	NÍVEL DE SISTEMA	EM OUTROS SETORES
CAPITAL	103	88	11	4
INTERIOR	34	30	4	—
TOTAL	137	118	15	4

Estes especialistas apresentam grande diversidade quanto a sua situação funcional e nível de formação, embora se constata um maior número de elementos contratados e portadores de licenciatura plena com habilitação específica (39,3%). Outro fato a ser considerado é o de que 21,3% dos O.Es. estão atuando na função, sendo ocupantes do cargo de professor, aguardando regularização funcional, tendo em vista que são portadores de habilitação específica. Observa-se, ainda, que do total de O.Es., 18,2% não são portadores de diploma de nível superior, embora tenham realizado curso de pós-graduação a nível de segundo grau, com carga horária de 1.400 horas na área específica. Além disso, a grande maioria destes profissionais vem atualmente complementando a Licenciatura Plena com habilitação em Orientação Educacional nas diversas Faculdades de Educação do Estado.

Tabela III

ORIENTADORES DA CAPITAL POR SITUAÇÃO FUNCIONAL E NÍVEL DE FORMAÇÃO - 1976

SITUAÇÃO FUN- CIONAL	TOTAL	NÍVEL DE FORMAÇÃO					PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE 2º GRAU
		PÓS-GRAD. LATU-SENSU	LIC.PLENA C/ HAB.ESPECIF.	LIC.CURTA C/HAB.ESP.	LIC.EM OU- TRA ÁREA C/PÓS-GRAD. DE 1º GRAU		
EFETIVOS	14	2	7	—	1	4	
CONTRATADOS:							
C/COMPL.	18	2	16	—	—	—	
SIT. REGULAR	19	—	17	1	—	1	
REGIME DE ACU- MULAÇÃO	26	1	6	—	2	17	
PROF. ATUANDO COMO O.E.	22	4	15	—	1	2	
O.E. ATUANDO EM OUTROS SER- VIÇOS	4	1	2	—	—	1	
TOTAL	103	10	63	1	4	25	

TABELA IV
ORIENTADORES DO INTERIOR POR SITUAÇÃO FUNCIONAL
E NÍVEL DE FORMAÇÃO – 1976

SITUAÇÃO FUN- CIONAL	TOTAL	NÍVEL DE FORMAÇÃO				
		PÓS-GRAD. LATU-SENSU	LIC.PLENA C/ HAB.ESPECIF.	LIC. CURTA C/HAB.ES- PECÍFICA	LIC.EM OU- TRA ÁREA C/PÓS-GRAD. DE 2º GRAU	PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE 2º GRAU
EFETIVOS	—	—	—	—	—	—
CONTRATADOS	26	—	21	5	—	—
REGIME DE ACUMULAÇÃO	1	—	—	—	1	—
PROF. ATUAN- DO COMO O.E.	7	—	7	—	—	—
O.E. ATUAN- DO EM OUTRO SETOR	—	—	—	—	—	—
TOTAL	34	—	28	5	1	—

No que se refere à jornada de trabalho, observou-se predominância do regime de 40 horas principalmente entre os contratados e em regime de acumulação, representando o percentual de 69,1% da totalidade. Na tabela a seguir, encontra-se 30,9% referente àqueles em regime de 20 horas.

Tabela III

ORIENTADORES DA CAPITAL POR SITUAÇÃO FUNCIONAL E NÍVEL DE FORMAÇÃO - 1976

SITUAÇÃO FUN- CIONAL	TOTAL	NÍVEL DE FORMAÇÃO					PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE 2º GRAU
		PÓS-GRAD. LATU-SENSU	LIC.PLENA C/ HAB.ESPECIF.	LIC.CURTA C/HAB.ESP.	LIC.EM OU- TRA ÁREA C/PÓS-GRAD. DE 1º GRAU		
EFETIVOS	14	2	7	—	1	4	
CONTRATADOS:							
C/COMPLEM.	18	2	16	—	—	—	
SIT. REGULAR	19	—	17	1	—	1	
REGIME DE ACU- MULAÇÃO	26	1	6	—	2	17	
PROF. ATUANDO COMO O.E.	22	4	15	—	1	2	
O.E. ATUANDO EM OUTROS SER- VIÇOS	4	1	2	—	—	1	
TOTAL	103	10	63	1	4	25	

TABELA IV
ORIENTADORES DO INTERIOR POR SITUAÇÃO FUNCIONAL
E NÍVEL DE FORMAÇÃO – 1976

SITUAÇÃO FUNCIONAL	TOTAL	NÍVEL DE FORMAÇÃO				
		PÓS-GRAD. LATU-SENSU	LIC. PLENA C/ HAB. ESPECIF.	LIC. CURTA C/ HAB. ESPECÍFICA	LIC. EM OUTRA ÁREA C/ PÓS-GRAD. DE 2º GRAU	PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE 2º GRAU
EFETIVOS	—	—	—	—	—	—
CONTRATADOS	26	—	21	5	—	—
REGIME DE ACUMULAÇÃO	1	—	—	—	1	—
PROF. ATUANDO COMO O.E.	7	—	7	—	—	—
O.E. ATUANDO EM OUTRO SETOR	—	—	—	—	—	—
TOTAL	34	—	28	5	1	—

No que se refere à jornada de trabalho, observou-se predominância do regime de 40 horas principalmente entre os contratados e em regime de acumulação, representando o percentual de 69,1% da totalidade. Na tabela a seguir, encontra-se 30,9% referente àqueles em regime de 20 horas.

Tabela V

ORIENTADORES EDUCACIONAIS POR SITUAÇÃO FUNCIONAL E JORNADA DE TRABALHO

SITUAÇÃO FUNCIONAL	JORNADA DE TRABALHO				ATUANDO EM OUTROS			TOTAL
	TEMPO PARCIAL		TEMPO INTEGRAL		SERVIÇOS			
	CAPITAL	INTERIOR	CAPITAL	INTERIOR	CAPITAL	INTERIOR	INTERIOR	
EFETIVOS	14	-	-	-	-	-	-	14
CONTRATADOS	-	-	37	26	-	-	-	63
REGIME DE ACUMULAÇÃO	-	-	26	1	-	-	-	27
PROF. ATUANDO COMO O.E.	22	5	-	2	-	-	-	29
O.E. ATUANDO EM OUTRO SERVIÇO	-	-	-	-	-	4	-	4
TOTAL	36	5	63	29	4	-	-	137

Sobre a clientela atendida, o Serviço de Orientação Educacional caracteriza-se por duas modalidades de assistência ao educando: ação direta e sistemática e ação indireta, através de professores e pessoal técnico.

A ação direta visa a um atendimento integral do aluno a partir de um diagnóstico psicossocial e acompanhamento sistemático do seu desempenho na escola. Este tipo de ação é predominante nos modelos do SOE adotados em escolas da capital, por exigirem a atuação efetiva de especialistas na área. Ele se caracteriza pela preocupação com a qualidade do acompanhamento sistemático do aluno.

A ação indireta, por sua vez, consiste na utilização do professor e do pessoal técnico-administrativo no processo de Orientação Educacional, com vistas à consecução de objetivos específicos de O.E. ou de objetivos gerais da escola. Esta modalidade de ação ocorre predominantemente nas escolas do Interior, onde o número de especialistas em O.E. é insatisfatório e caracteriza-se, nas escolas polivalentes, pela atuação sistemática de professores, chamados Orientadores de Turma.

A discrepância visualizada nas tabelas abaixo entre relação O.E. x Clientela atendida na Capital e no Interior é decorrente apenas da diferença entre os modelos adotados, o que não implica num juízo de valor favorável a este ou aquele modelo, haja vista a ausência de qualquer indicador qualitativo do processo de atendimento.

Convém ressaltar que tanto nos modelos adotados na Capital quanto nos do Interior é oferecida a assistência direta e indireta, havendo diferença apenas na predominância de uma ação sobre a outra.

Tabela VI

**ORIENTADORES EDUCACIONAIS ATUANTES EM ESCOLAS DA CAPITAL POR
JORNADA DE TRABALHO, Nº DE TURMAS E Nº DE ALUNOS – 1976**

JORNADA DE TRABALHO	Nº DE O.Es.	Nº APROXIMADO DE TURMAS P/ATENDIMENTO DIRETO	Nº APROXIMADO DE ALUNOS PARA ATENDIMENTO DIRETO	MÓDULOS ADOTADOS
TEMPO INTEGRAL	63	504	20.160	1 O.E. para cada 8 turmas com atendimento direto e sistemático.
TEMPO PARCIAL	25	100	4.000	1 O.E. para cada 4 turmas
TOTAL	88	604	24.160	

Tabela VII

**ORIENTADORES EDUCACIONAIS ATUANTES EM ESCOLAS DO INTERIOR, POR
JORNADA DE TRABALHO, Nº DE TURMAS E Nº DE ALUNOS – 1976**

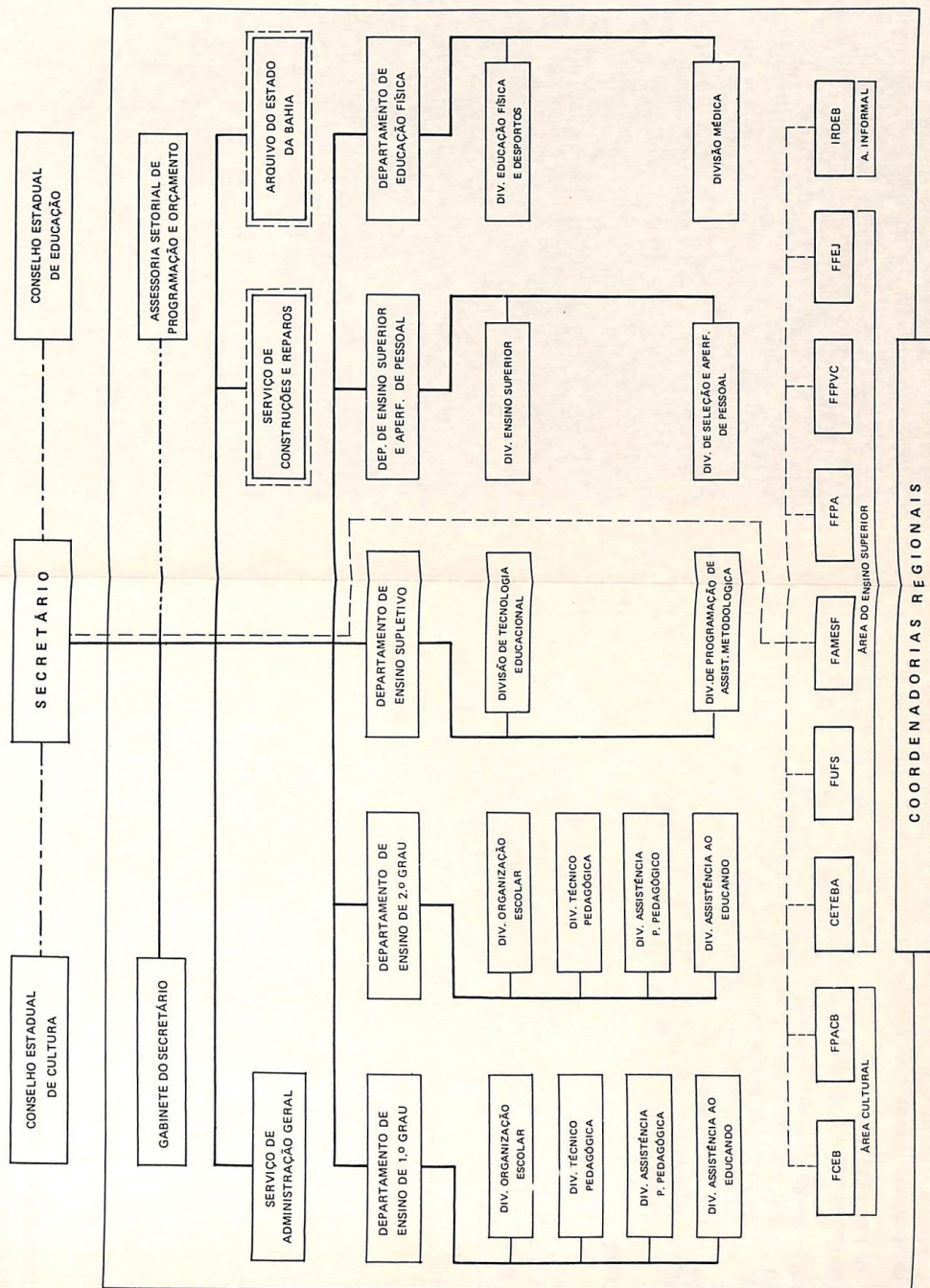
JORNADA DE TRABALHO	Nº DE O.Es.	Nº APROXIMADO DE TURMAS P/ATENDIMENTO DIRETO	Nº APROXIMADO DE ALUNOS SOB ATENDIMENTO PERMANENTEMENTE INDIRETO	MÓDULOS ADOTADOS
TEMPO INTEGRAL	27	540	21.600	1 O.E. para cada 800 alunos.
TEMPO PARCIAL	3	60	2.400	1 O.E. para cada 400 alunos.
TOTAL	30	600	24.000	

2.3. Estrutura e Funcionamento

2.3.1. Aspectos Legais

A Lei 3095 de 26 de dezembro de 1972 e o Decreto 3454/75 reorganizaram a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, criando Departamentos e Divisões, segundo mostra o organograma a seguir:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DA BAHIA



A Orientação Educacional na Secretaria de Educação está situada nas Divisões de Assistência Psicopedagógica dos Departamentos de Ensino de 1º e 2º Grau, ressentindo-se da inexistência de um órgão integrador, encarregado das deliberações de ordem geral para o serviço.

Estas Divisões apresentam estruturas semelhantes, cuja única diferença consiste no acréscimo às atribuições da DAPP/DEPG da subfunção da SEE — Educação de Excepcionais.

A DAPP/DEPG, apresenta assim, a seguinte estrutura:

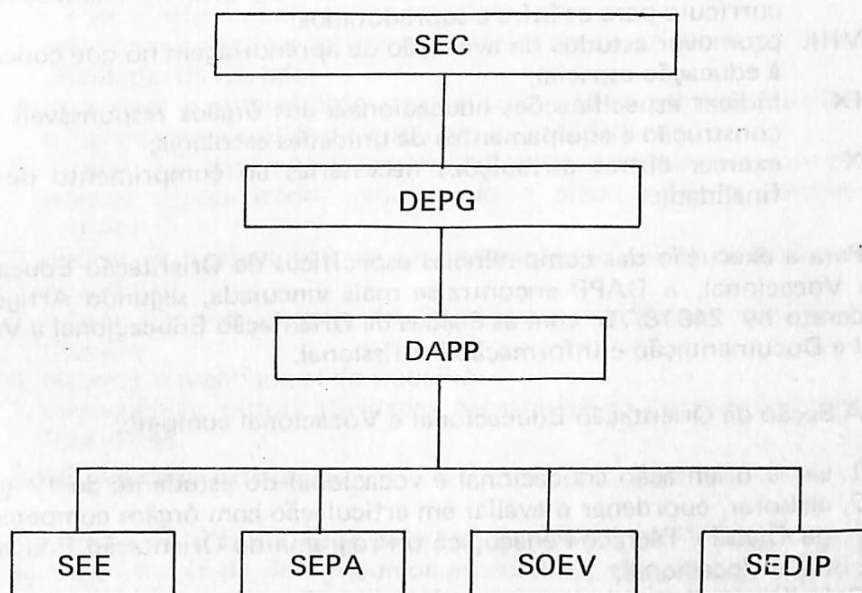


Fig. 3

SIGLAS:

- SEC — Secretaria da Educação e Cultura
- DEPG — Departamento de Ensino de 1º Grau
- DAPP — Divisão de Assistência Psicopedagógica
- SEE — Seção de Educação de Excepcionais
- SEPA — Seção de Psicologia e Avaliação
- SOEV — Seção de Orientação Educacional e Vocacional
- SEDIP — Seção de Documentação e Informação Profissional

São competências da Divisão de Assistência Psicopedagógica, segundo Artigo 11, da Lei 3095/72:

- I. estabelecer critérios para seleção e admissão de pessoal específico;
- II. promover a orientação educacional e vocacional do estudante de 1º grau;

- III. promover meios para proporcionar atividades ocupacionais aos estudantes normais e excepcionais;
- IV. acompanhar o desenvolvimento e execução dos programas de educação especial;
- V. coordenar o planejamento e execução dos programas de educação especial;
- VI. promover articulação com órgãos públicos e privados visando à programação e execução de atividades comuns;
- VII. colaborar com a Divisão Técnico-Pedagógica na adequação de currículo para os infra e supradotados;
- VIII. promover estudos de avaliação de aprendizagem no que concerne à educação especial;
- IX. indicar especificações educacionais aos órgãos responsáveis pela construção e equipamentos de unidades escolares;
- X. exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de sua finalidade.

Para a execução das competências específicas de Orientação Educacional e Vocacional, a DAPP encontra-se mais vinculada, segundo Artigo 4º do Decreto nº 24618/75, com as Seções de Orientação Educacional e Vocacional e Documentação e Informação Profissional.

À Seção de Orientação Educacional e Vocacional compete:

- 1. ver a orientação educacional e vocacional do estudante de 1º grau;
- 2. elaborar, coordenar e avaliar em articulação com órgãos competentes da Divisão Técnico-Pedagógica o Programa de Orientação Educacional e Vocacional;
- 3. indicar a necessidade de implantação do Serviço de Orientação Educacional e Vocacional nas Escolas de 1º grau;
- 4. prestar assistência técnica aos serviços de Orientação Educacional e Vocacional nas Escolas de 1º grau;
- 5. promover experiências no campo da Orientação Vocacional e controle de sua execução;
- 6. elaborar e divulgar material necessário à utilização de suas atividades;
- 7. promover encontros, seminários e outras atividades, para Orientadores Educacionais;
- 8. selecionar e avaliar testes para a utilização do Serviço de Orientação Educacional e Vocacional nas Escolas de 1º grau;
- 9. colaborar com os Órgãos Competentes na adequação dos currículos;
- 10. diagnosticar as necessidades de recrutamento, seleção e aperfeiçoamento de pessoal, dando conhecimento ao diretor da Divisão;
- 11. estabelecer em conjunto com os órgãos competentes do Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal, critérios para seleção e admissão de pessoal técnico;

12. elaborar plano anual de trabalho;
13. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

A Seção de Documentação e Informação Profissional tem como atribuições:

1. pesquisar, classificar e divulgar o material informativo sobre oportunidades educacionais e ocupacionais;
2. elaborar e manter atualizadas fichas profissiográficas, monográficas e outros informes e análises ocupacionais;
3. selecionar e divulgar artigos e relatórios de experiências pertinentes às atividades da Divisão;
4. promover o intercâmbio com outros órgãos e entidades visando à programação e realização conjunta de atividades;
5. manter o intercâmbio com entidades responsáveis pela formação de pessoal especializado, objetivando a elaboração de normas para estágio;
6. indicar as necessidades de recrutamento, seleção e aperfeiçoamento de pessoal;
7. manter o registro atualizado dos recursos materiais de que disponha a Divisão;
8. elaborar o plano anual de trabalho;
9. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

2.3.2. Modelos existentes

O serviço de O.E. na Rede Estadual de Ensino de 1^o grau vem sendo desenvolvido através de dois modelos específicos, os quais, para efeito de maior compreensão, passarão a ser denominados modelo A e modelo B.

2.3.2.1. O modelo A, comumente adotado em escolas do Interior, é caracterizado por:

2.3.2.1.1. orientação direta e indireta à totalidade de educandos da unidade escolar;

2.3.2.1.2. atuação, junto ao SOE, de professores denominados orientadores de turma;

2.3.2.1.3. presença do especialista como coordenador do serviço;

2.3.2.1.4. predominância da função assessora sobre a monitora.

Esse modelo, sugerido pelo PREMEN, foi adotado na sua forma original quando da criação das Escolas Polivalentes, sendo desvirtuado a partir das dificuldades encontradas para sua operacionalização, quais sejam:

- a) falta de acompanhamento sistemático das unidades escolares e dos serviços específicos de O.E., pela Secretaria de Educação e Cultura;
- b) carência de recursos humanos para a unidade e para a composição da equipe do SOE;

- c) limitação qualitativa dos cursos de formação dos especialistas das Escolas Polivalentes;
- d) baixos níveis de resistências e superação de problemas entre o pessoal das unidades;
- e) pouco envolvimento por parte da SEC, na filosofia das Escolas Polivalentes e das características do modelo de O.E. adotado;

f) limitações do próprio modelo, notadamente:

- i. dificuldades de seleção de bons orientadores de turma num pequeno grupo de professores recém-formados;
- ii. facilitação do distanciamento entre O.Es. e alunos;
- iii. alto nível de vulnerabilidade do modelo ante as dificuldades de ordem geral da unidade;
- iv. número insuficiente de O.Es., para atendimento das necessidades.

2.3.2.2. O modelo B, predominante em escolas da Capital, pode ser identificado através dos seguintes aspectos:

2.3.2.2.1. orientação direta e sistemática a um número de alunos preestabelecido conforme quadro de especialistas em O.E., e ação indireta, menos sistemática às turmas excedentes;

2.3.2.2.2. ação a partir de prioridades preestabelecidas por série;

2.3.2.2.3. exercício exclusivo das atribuições pelo especialista em O.E.;

2.3.2.2.4. existência de um coordenador de SOE por Complexo Escolar;

2.3.2.2.5. predominância da função monitora sobre a assessora.

Este modelo apresenta variações, conforme número de orientadores atuantes e condições específicas da escola, sendo adotado em 35,7% das unidades com SOE, conforme tabela a seguir:

Tabela VIII

**UNIDADES ESCOLARES COM SOE POR LOCALIZAÇÃO
SEGUNDO MODELOS DE AÇÃO**

MODELO DE AÇÃO	ESCOLAS DA CAPITAL		ESCOLAS DO INTERIOR		TOTAL GERAL
	NÍVEL I	NÍVEL II E III	NÍVEL I	NÍVEL II E III	
MODELO A	—	2	—	23	25
MODELO B	10	29	—	6	45
TOTAL	10	31	—	29	70

Convém ressaltar, na oportunidade, que a seleção dos modelos, em geral, não vem decorrendo do posicionamento do O.E. ou da equipe do SOE face a um diagnóstico da unidade escolar e das condições do serviço. Embora não tenha havido uma avaliação permanente sobre a validade dos modelos em funcionamento, as observações colhidas, através da assistência técnica pela equipe da SEC aos SOEs das unidades, levam a inferir serem insatisfatórios estes modelos tanto para as escolas da Capital quanto para as do Interior.

Considera-se que há necessidade de uma maior diversificação de modelos na rede estadual e que a adoção destes seja feita pelos próprios especialistas em conformidade com a equipe técnica da escola, levando-se em conta não só o aspecto de localização da unidade, mas, sobretudo, a realidade global e as situações emergentes da escola e da equipe do SOE.

2.3.3. Nível de desempenho

Com relação ao nível de desempenho do Orientador Educacional, considera-se significativa uma abordagem a partir de três enfoques básicos quais sejam:

2.3.3.1 — percepção dos diretores acerca da atuação dos orientadores educacionais;

2.3.3.2 — posicionamento do O.E. em relação às suas funções básicas;

2.3.3.3. — caracterização da O.E. por objetivo e metodologia específica.

No primeiro enfoque, tomou-se como base o questionário de avaliação qualitativa do SOE (anexo 3) aplicado em 1974/1975, com todas as escolas da Capital e do Interior assistidas por este serviço. Do total de escolas atingidas pelo estudo, apenas 41,4% devolveram o instrumento em condições de ser computado. Questionam-se as razões pelas quais a solicitação não foi atendida pela maioria das escolas, mas, embora insatisfatória a amostra colhida, pode-se considerar a importância da apresentação dos resultados por constituir-se este trabalho o único instrumento sistemático de identificação da percepção dos diretores de escolas sobre o Serviço de Orientação.

Da totalidade de diretores que respondeu ao questionário, foram constatadas as seguintes afirmações conforme os percentuais discriminados:

- a) 93% — o programa de O.E. é útil para todos os alunos da escola;
- b) 75% — a equipe da escola planeja integradamente com o SOE;
- c) 89% — o SOE é útil na adaptação dos novos alunos.
- d) 55% — os O.Es. discutem com os alunos sobre aspectos vinculados a sua área vocacional;
- e) 100% — têm participado com o O.E. e professores de estudos de caso;
- f) 58% — são oferecidas aos alunos oportunidades de atendimento especial ou treinamento adicional;
- g) 68% — são oferecidas atividades para ajudar os alunos no planejamento do seu futuro profissional;
- h) 79% — as fichas cumulativas contêm informações válidas sobre os alunos;
- i) 100% — o atendimento individual ao aluno é parte do programa de orientação da sua escola;
- j) 41% — o material do SOE é manipulado pelos professores;
- l) 83% — o SOE planeja cooperativamente a avaliação das atividades dos estudantes em relação ao seu potencial;
- m) 65% — as responsabilidades dos professores no programa de O.E. são claramente definidas;
- n) 93% — têm sessões de grupo no programa;
- o) 79% — os professores aceitam e apoiam o SOE;
- p) 100% — os diretores investigam sobre a assistência do orientador aos alunos;
- q) 89% — os alunos aceitam e apoiam o SOE;
- r) 48% — o estudante é ajudado pelo SOE No processo de opção curricular;
- s) 100% — é dada oportunidade ao aluno para discutir problemas do seu interesse;
- t) 58% — os estudantes são ajudados no seu planejamento curricular para atender às suas necessidades;
- u) 96% — são desenvolvidos bons hábitos de estudo entre os estudantes;
- v) 89% — a escola ajuda o aluno a conhecer-se.

Considerando-se os resultados acima apresentados, seria possível admitir-se que, sob o ponto de vista dos diretores, o nível de desempenho dos orientadores é satisfatório. Os aspectos relevantes aqui identificados foram: ação integrada do SOE com os demais setores da escola, acompanhamento pelos diretores dos serviços de orientação e existência do atendimento individual nos programas de O.E., incluindo a discussão de problemas do interesse dos alunos. Como aspectos mais carentes, que, no entanto, não constituem problemas, sobressaem: manipulação pelos professores do material do SOE, ajuda pelo SOE ao educando no processo de opção curricular e definição das responsabilidades dos professores no programa de Orientação. Vale ressaltar, nesta oportunidade, que os resultados aqui demonstrados são passíveis de questionamento, considerando-se que, nos relatórios, planos e contatos com O.Es. e pessoal da escola, não se constata este nível ideal de

funcionamento dos serviços de O.E. Isto evidentemente deixa margem a certa indefinição quanto à participação do O.E. no processo de desenvolvimento global da escola.

Com referência ao segundo enfoque, isto é, o posicionamento do O.E. em relação às funções específicas, tomou-se como base o "Inventário de Auto-Avaliação Profissional do O.E." (anexo 4), da autoria de Maria Amélia Goldberg, aplicado a 43% dos Orientadores Educacionais atuantes em escolas da Capital no ano de 1976. A amostra é pouco significativa, considerando o universo de 88 orientadores nesta situação. Entretanto, não é demais insistir em que se apresentem os resultados, tendo em vista a necessidade de se oferecer uma visão aproximada do nível qualitativo da ação do O.E. nas suas funções básicas, denominadas, pela autora do referido inventário, como funções monitoras e assessoras.

2.3.3.2.1. — Na função monitora, destacam-se:

- a) Atividades desenvolvidas em nível satisfatório: trabalho com alunos em termos de procedimentos de racionalização de estudos, desenvolvimento sócio-emocional, adaptação de alunos indisciplinados, problemáticos ou desajustados; encaminhamento a serviços especializados; reflexão sobre possibilidades, limitações e aconselhamento a alunos das últimas séries visando a melhor opção profissional;
- b) atividades desenvolvidas em nível insatisfatório: encaminhamento de alunos a estágios, aplicação de testes de orientação profissional; realização de "follow-up"; visitas e excursões para complementação do trabalho de informação profissional; adaptação de alunos novos, fichário de I.P. atualizado, palestras de profissionais.

2.3.3.2.2. — Na função assessora, destacam-se:

- a) Atividades desenvolvidas em nível satisfatório: formulação de plano de trabalho; entrevista com pais; colaboração de todo o pessoal da escola no envolvimento dos problemas com alunos; auto-avaliação; estudo com pais sobre relacionamento pais x filhos; apresentação de relatórios, registro cumulativo; reunião e discussão com direção, equipe técnica e professores para garantir unidade pedagógica, orientação disciplinar; esclarecimento sobre fundamentações psicológicas e necessidade de adequar o ensino às capacidades e interesses dos seus alunos, entrosamento família x escolas x comunidade;
- b) atividades desenvolvidas em nível insatisfatório: trabalho com professor no sentido de explorar os objetivos de sua área, com vistas à orientação vocacional; elaboração de ficha de avaliação escolar; elaboração de perfis de classe e discussão de problemas comuns e específicos de cada turma.

No que diz respeito ao terceiro enfoque (caracterização da O.E. por função específica, por objetivo e modalidade de ação) serviam de base os planos e relatórios anuais dos SOEs, referentes ao exercício de 1976.

Da análise destes instrumentos, que perfizeram um total de 25, constatou-se que:

2.3.3.3.1. — de 31 diferentes objetivos levantados, 26 estão vinculados à atuação direta com o aluno (função monitora), observando-se nos demais a preocupação com a ação integrativa entre os diversos setores da unidade (Anexo 5);

2.3.3.3.2. — dos 55 projetos executados, 12 envolvem predominantemente atividades de assessoria, 3 de apoio administrativo e 40 de monitoria;

2.3.3.3.3. — a concentração de interesses dos orientadores escolares esteve vinculada às áreas de informação profissional (14 projetos), acompanhamento psicopedagógico (3 projetos), integração escola x família (4 projetos), acompanhamento do rendimento escolar (3 projetos) (Anexo 6);

2.3.3.3.4. — as modalidades de atendimento direto adotadas foram: assistência individual e em sessões de grupo, registrando-se um número pouco significativo de atividades com pequenos grupos de educandos, constituídos a partir de necessidades evidenciadas e com vistas a objetivos específicos;

2.3.3.3.5. — sobre a metodologia de ação, destacaram-se as ações preventiva e corretiva, sendo impossível, no entanto, identificar o nível de predominância de cada uma delas;

2.3.3.3.6. — o somatório das atividades executadas pelos orientadores educacionais de 25 unidades escolares da Capital no ano de 1976, representa, em termos gerais, o modelo real vigente no Sistema, como um todo configurado a partir de 03 grupos de atividades básicas, quais sejam: monitora, assessora de gabinete, além do levantamento de dificuldades encontradas na sua execução.

As atividades de monitoria, são aquelas desenvolvidas diretamente com o aluno, através das sessões de grupo semanais, em pequenos grupos ou individualmente.

As atividades de assessoria, por sua vez, são aquelas desenvolvidas diretamente com o corpo técnico-administrativo, com a família e a comunidade.

Para melhor visualização do serviço, apresentamos detalhamento das ações desenvolvidas nestas unidades escolares em 1976, conforme grupo de atividades.

a) Atividades de Monitoria

Nº de ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES	ATENDIMENTO INDIVIDUAL	ATENDIMENTO EM GRUPO	
			SESSÕES EM CLASSE	SESSÕES COM PEQUENOS GRUPOS
01	Informação Profissional (palestra, visitas, profisiodramas, autobiografia, orientação de pesquisa, jogos, feira de informações, entrevistas, dinâmica de grupo, organização de álguns, murais e painéis, elaboração de fichas profissiográficas, estudo e análise de currículos de cursos profissionalizantes, aconselhamento profissional		X	X
02	Planejamento para racionalização de estudos		X	
03	Facilitação do processo de autoconhecimento do aluno		X	
04	Assistência a ex-alunos da unidade escolar			X
05	Acompanhamento do rendimento de alunos	X	X	
06	Prevenção de problemas de adaptação, disciplina, rendimento, saúde, frequência, roubo	X	X	X

Nº de ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES	ATENDIMENTO INDIVIDUAL	ATENDIMENTO EM GRUPO	
			SESSÕES EM CLASSE	SESSÕES COM PEQUENOS GRUPOS
07	Acompanhamento de alunos com dificuldades de ordem sócio-econômica	X		
08	Encaminhamento de alunos a Serviços Especializados	X		

b) Atividades de Assessoria

RELACIONAMENTO ESPECIFICAÇÃO	COM A DIREÇÃO	COM A SUP. E OU COORD. PEDAGÓGICA	COM OS PROFESSORES	COM O CENTRO CÍVICO	COM O PES. SOCIAL DE APOIO	COM A FAMILIA	COM A COMUNIDADE
Participação na elaboração do currículo pleno	X						
Participação na definição do sistema de avaliação da escola	X	X					
Participação na organização do organograma da escola	X						
Participação no seminário de abertura das atividades do colégio	X						
Estudo e discussão de textos	X						
Planejamento e participação no período de atividades programadas do rodízio	X		X				
Reuniões	X	X	X	X	X	X	
Participação na organização de festas e comemorações							

RELACIONAMENTO ESPECIFICAÇÃO	COM A DIRE- ÇÃO	COM A SUP. E OU COORD. PEDAGÓGICA	COM OS PRO- FESSORES	COM O CEN- TRO CÍVICO	COM O PES- SOAL DE APOIO	COM A FAMÍ- LIA	COM A COMU- NIDADE
Entrevistas	X	X	X		X		
Contatos informais	X		X		X	X	
Levantamento e indicação de alunos carentes do beneficiamento pela cai- xa escolar	X						
Fornecimento de informações sobre o SOE	X						
Participação nas atividades dos Con- selhos de série		X					
Análise de pedidos de cancelamento de matrícula, pedidos de transferên- cia, dispensa de faltas, suspensão de alunos	X						
Entrega de planos, projetos, listas de material necessário, horário do SOE	X						
Colaboração na orientação		X					
Participação em palestras, debates e encontros		X	X				
Participação no Conselho de Classe		X					
Levantamento dos resultados da aprendizagem	X						
Levantamento de indicadores para o problema de baixo rendimento	X						
Estudo de casos de alunos com pro- blemática na área de aprendizagem	X						
Fiscalização de provas		X					
Informação de caráter geral, sobre os alunos	X						

RELACIONAMENTO ESPECIFICAÇÃO	COM A DIRE- ÇÃO	COM A SUP. E OU COORD. PEDAGÓGICA	COM OS PRO- FESSORES	COM O CEN- TRO CÍVICO	COM O PES- SOAL DE APOIO	COM A FAMÍ- LIA	COM A COMU- NIDADE
Aplicação de técnicas de sensibiliza- ção, questionários, fichas de obser- vação			X				
Confecção de boletins			X				
Informações sobre os alunos que apresentam problemas de ordem psicopedagógica			X				
Elaboração de normas disciplinares			X				
Levantamento de alunos reprovados e listagem de aniversariantes do mês			X				
Participação no planejamento e exe- cução das atividades do Centro Cívico				X			
Elaboração de quadro comparativo de rendimento das classes nas diver- sas unidades		X					
Definição das atribuições do SOE junto ao Centro Cívico				X			
Planejamento e execução de pales- tras, entrevistas e debates para o pessoal de apoio					X		
Dinamização da Escola e do Círculo de Pais e Mestres tentando uma linha de ação uniforme entre escola e família						X	
Fornecimento de informações sobre o desempenho do aluno na escola, suas características, limitações e ne- cessidades							X

RELACIONAMENTO ESPECIFICAÇÃO	COM A DIRE- ÇÃO	COM A SUP. E OU COORD. PEDAGÓGICA	COM OS PRO- FESSORES	COM O CEN- TRO CÍVICO	COM O PES- SOAL DE APOIO	COM A FAMÍ- LIA	COM A COMU- NIDADE
Organização e/ou participação em campanhas de caráter educativo, filantrópico e cívico, junto à comunidade				X			X
Estudos e levantamentos dos recursos disponíveis da comunidade							X
Intercâmbio com órgãos da comunidade objetivando fornecimento de informações e material ligado a área profissional e social							X
Manutenção de um clima favorável ao desenvolvimento das atividades da Escola	X	X	X	X	X		

c) Atividades de Gabinete

Além das atribuições de monitoria e assessoria, o Serviço de Orientação Educacional desenvolve uma série de atividades ligadas a planejamento, controle e avaliação, das quais sobressaem pelo volume de tempo exigido à sua execução: montagem e preenchimento de fichas informativas sobre o aluno, avaliação e análise de instrumentos aplicados, elaboração de mapas, controle de rendimento e frequência dos alunos, perfil das turmas atendidas, controle de encaminhamentos de alunos a serviços da comunidade.

Convém observar que a frequência com que estas foram desenvolvidas não foi identificada em todos os relatórios, o que impossibilitou uma visão da extensão e profundidade das funções realizadas pelo SOE na Bahia. Outros pontos obscuros na questão referem-se ao nível de sistematização das funções a partir de um cronograma previamente estabelecido, e as razões pelas quais os Orientadores executaram tarefas que nada têm a ver com as atribuições específicas do serviço, como é o caso da fiscalização de provas.

d) Dificuldades encontradas

Ressaltam-se como maiores dificuldades encontradas pelos Orientadores Educacionais, no exercício de suas atividades no ano de 1976, aquelas ligadas a problemas de ordem física, material e técnica. Com relação aos dois primeiros aspectos foram citadas as insuficiências de material de consumo e permanente e a falta ou inadequação de espaço físico específico para o SOE.

Relacionadas as dificuldades de ordem técnica, sobressaem: número insuficiente de O.E., sistema de rodízio implantado sem infra-estrutura, baixo nível de participação do SOE na elaboração da proposta curricular e da integração com os demais setores da escola, classes numerosas e mal estruturadas, falta de condições específicas para atendimento ao pré-escolar e a educandos com grandes dificuldades sócio-econômicas, falta de visitas sistemáticas da equipe técnica da DAPP às escolas e insuficiência de instrumentos padronizados de O.E., que permitam uma fixação dos serviços e melhor avaliação.

2.4. Esquema de assessoramento técnico aos SOEs pela SEC

O assessoramento técnico aos SOEs das unidades escolares do 1º grau vem sendo realizado pelas seções competentes da DAPP, desde a sua criação, considerando-se a escassez de recursos das equipes técnicas das coordenadorias regionais.

Este assessoramento partiu de um diagnóstico realizado em 1973, através do qual se evidenciaram os seguintes problemas:

- a) alto nível de dispersão dos O.Es. na rede de ensino de 1º grau;
- b) desproporção entre os recursos humanos especializados e a população escolar;
- c) indefinição de uma linha metodológica de ação com base científica;
- d) situação funcional irregular da maioria dos O.Es. atuantes.

Tais problemas geraram a tentativa inicial de ampliação do número de Orientadores Educacionais, o que ocorreu através da contratação, mediante concurso de títulos, de 50 especialistas e da regularização funcional de 17, em abril de 1974.

Considerando-se não só a insuficiência de orientadores contratados para atender a demanda, mas também a necessidade de integrar o SOE no processo de implantação da reforma de ensino e de reduzir o nível de dispersão dos O.Es. na rede de 1º grau, com vistas a melhor qualidade dos serviços, procurou-se atender às seguintes prioridades na alocação dos especialistas contratados:

2.4.1. — Escolas-Núcleo de Implantação da Reforma de Ensino

2.4.1.1. — Escolas de 1º e 2º graus (necessidade de garantir continuidade no atendimento)

2.4.1.2. — Escolas de níveis II e III

2.4.1.3. — Escolas de nível I

2.4.2. — Escolas de níveis II e III que dispunham de SOE em funcionamento parcial, por carência de recursos humanos

2.4.3. — Escolas de níveis II e III que não dispunham de SOE

2.4.4. — Escolas de nível I

Tendo-se ampliado o quadro de O.Es. em 57,4%, a Seção de Documentação e Informação Profissional planejou o seu assessoramento em 1974, a partir da execução dos projetos de:

- a) Estruturação dos Serviços de O.E.
- b) Treinamento de O.Es.
- c) Acompanhamento e Avaliação dos SOEs
- d) III Encontro Estadual de Orientadores Educacionais.

Destes projetos, não logrou execução o de treinamento de Orientadores por falta de recursos de ordem financeira, o que forçou a antecipação do IIIº Encontro Estadual de Orientadores Educacionais, no qual foram divulgadas as diretrizes básicas para a implantação do Serviço de O.E. no 1º grau.

Assim, no ano de 1974, através da assistência técnica às unidades escolares, foram atingidos objetivos de:

- a) Divulgação da estrutura e funcionamento do órgão central em Orientação Educacional;
- b) Montagem de um esquema geral de organização e acompanhamento dos serviços;
- c) Definição e divulgação de linhas de ação para a O.E. com delimitação de prioridades;
- d) Avaliação sistemática das atividades realizadas pelos SOEs.

Em 1975, após identificar-se como dificuldade básica dos O.Es. a carência de subsídios para uma participação mais efetiva nas áreas de sondagem de aptidão, acompanhamento do rendimento e avaliação da aprendizagem, optou-se pela execução dos projetos denominados:

- a) Estudos e Análises dos Processos Metodológicos de Orientação Educacional;
- b) Acompanhamento aos SOEs da Rede de Ensino de 1º grau.

Destes projetos, o de Estudos e Análises dos Processos Metodológicos de O.E. não logrou plena execução, uma vez que se deixou de estabelecer, no

período previsto, formas experimentais da atuação do orientador nas áreas específicas de sondagem de aptidão e ajustamento psicossocial. Ressalta-se, entretanto, que as atividades realizadas no decorrer desse ano, vieram consolidar os objetivos propostos no ano anterior e embasaram as programações posteriores.

Em 1976, na expectativa de trabalhar as áreas já identificadas como de maior carência no ano de 1975, a SOEV propôs-se a desenvolver os Projetos denominados:

- a) V Encontro Estadual de Orientadores Educacionais.
- b) Assistência Psicopedagógica a alunos de um Complexo Escolar situado em bairro sócio-economicamente carente de Salvador.
- c) Sondagem de Aptidões.

Assim, no início do referido ano, todos os orientadores educacionais do sistema foram convocados para o V Encontro, no qual receberam treinamento obrigatório na área de Planejamento, e opcional nas áreas de Distúrbios de Comportamento, Distúrbios de Aprendizagem e Dinâmica de Grupo.

Com relação ao Projeto de Assistência Psicopedagógica, as atividades foram desenvolvidas no Complexo Escolar Celina Pinho por um grupo de estagiárias, sob a coordenação direta da SOEV.

Este projeto deparou-se com uma série de dificuldades, notadamente de ordem financeira, uma vez que, não sendo autofinanciado, substituiu-se a participação de especialistas por estagiários e se modificaram as estratégias em função dos recursos disponíveis.

Quanto ao Projeto de Sondagem de Aptidões, a SOEV não dispôs de condições mínimas para sua montagem e efetivação, devendo constar de programações posteriores.

Em termos gerais, o assessoramento aos SOEs é realizado através de reuniões bimestrais com todos os Orientadores de 1º grau, e mensais com os coordenadores deste serviço nos Complexos Escolares. Acompanha-se, também, o desenvolvimento das atividades através do controle e análise de planos anuais e relatórios semestrais, além de visitas e contatos informais.

Para facilitação das atividades de assessoramento, as escolas são agrupadas em seis setores específicos, conforme proximidade geográfica e número de orientadores.

3. NOVO MODELO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

3.1. Fundamentação teórica

A Orientação Educacional vem, através dos tempos, sofrendo influência do Desenvolvimento das ciências e das modificações sócio-econômicas e culturais que se processam na sociedade, razão pela qual não há um modelo de ação único pairando fora do espaço e do tempo, e sim vários modelos históricos em que o papel profissional do orientador foi sempre circunstancial.

A orientação surgiu com enfoque na área Profissional e, a partir daí, vem passando por diversas fases, com características especiais, decorrentes das novas exigências da escola.

Em seu primeiro momento, a atuação do Orientador tinha um caráter corretivo em relação às formas de modificação comportamental, objetivando o ajustamento e reajustamento do educando. A crise ou problema do aluno era encarada como "perigo" e o ponto central do trabalho de Orientação era a procura de meios para ajudar o aluno a superá-la.

Num segundo momento, o enfoque era preventivo, havendo a preocupação de acompanhar a evolução do aluno, tentando evitar crises que ainda eram vistas como "perigo". A ação do Orientador Educacional voltava-se a "preparar, com antecedência, o aluno para enfrentar um problema, como se pudéssemos antecipar a experiência e como se a experiência não fosse única, fosse de momento, de um aqui, de um agora" . . . Nesta fase, de atuação do desenvolvimento de atividades com os alunos, ressaltava-se como metodologia utilizada as sessões coletivas onde eram oferecidas soluções acreditadas como o melhor caminho para o equacionamento dos problemas dos orientados.

Estes dois primeiros momentos receberam um suporte teórico muito importante, pois possibilitaram ao serviço uma base científica, caracterizada pela preocupação técnica na aplicação de testes e elaboração dos perfis de turma e de alunos.

No seu terceiro momento, a Orientação assumiu um caráter desenvolvimentista, no qual se baseia o novo modelo proposto neste documento. Aqui encontramos a Orientação fundamentada na crença de que o indivíduo é capaz de construir progressivamente seu autoconceito, auto-avaliação e autodireção compatíveis com a busca da sua própria realização. Assim, ela é entendida como uma ação que coloca o indivíduo consciente do seu próprio desenvolvimento, diretamente relacionado à compreensão de suas atitudes, capacidades, interesses, aptidões e expectativas pessoais e sociais. Dentro

desta concepção, a atenção do Orientador se desloca do problema para o aluno e seu ambiente, proporcionando experiências facilitadoras da auto-compreensão do aluno e do conhecimento das suas interrelações com o meio. Neste 3º momento, o problema é visto como possibilidade de crescimento do aluno, e a atuação do Orientador é integrada, centrada no contexto, e com ênfase especial no trabalho do professor. Assim, professor e orientador se propõem juntos a alcançar um nível de mudança em termos do aluno ou do clima educativo através do currículo, que se constitui o instrumento comum para todos que integram o processo ensino - aprendizagem.

A abordagem desenvolvimentista e integrativa, que caracteriza a fase atual da Orientação, está coerente com a política educacional brasileira, que a definiu como um mecanismo auxiliar da tarefa educativa atribuída à escola como um todo, partindo da idéia de cooperação entre os professores e a família. Tal cooperação constitui uma integração das influências mais próximas que convergem para a educação do aluno (parecer 867/73 do C.F.E.). Ressalta-se que a Orientação é exercida por quantos educadores atuem junto ao aluno, particularmente o professor, além da família e da comunidade escolar, cabendo ao Orientador coordenar estas influências no sentido de facilitar as adequações pessoais do educando pela percepção da realidade ambiental. O professor, assim, é um elemento indispensável no desenvolvimento de um programa de Orientação, vez que a ele compete participar do desenvolvimento psicossocial do aluno, a partir da análise e consideração dos seguintes aspectos:

- a) maneira como o aluno interpreta suas experiências;
- b) relações que possa estabelecer entre o que aprende e as situações que a vida lhe propõe;
- c) percepção que tenha de si mesmo, através das relações desenvolvidas com colegas e professores;
- d) capacidade de se examinar como pessoa na relação com o outro e a sociedade.

Dentro deste enfoque, a Orientação Vocacional é considerada como um processo de escolhas sucessivas que objetiva facilitar o desenvolvimento do aluno e o alcance cada vez maior de maturidade psicossocial, capacitando-o a tomar e executar decisões racionais e responsáveis.

Após um estudo sobre as diversas linhas neste campo, baseamo-nos na concepção Operatória do Desenvolvimento Vocacional de Pelletier, Bujold e Noiseux, que as fundamentaram na Teoria de Maturação do Desenvolvimento Vocacional de Super no Modelo Morfológico de Inteligência de Guilford, e na Tipologia de Personalidade de Holland, elaborando o "Modelo de Ativação do Desenvolvimento Vocacional", ponto de partida para uma nova metodologia.

Tal escolha deve-se ao fato desta concepção oferecer uma metodologia compatível com a legislação educacional em vigor, a proposta curricular do

Estado, e possibilitar a atuação sistemática de todos os professores da Unidade Escolar.

Baseando-se nesta concepção, o processo de escolha vocacional é contínuo, gradativo e irreversível, na medida em que situações de aprendizagem podem favorecer, progressivamente, melhor nível de maturidade do indivíduo (capacidade de autoconhecimento, conhecimento do mundo do trabalho e tomada de decisões) e que estas situações geram experiências que, além de não poderem ser desfeitas, influenciam e dimensionam as decisões posteriores.

A escolha vocacional, assim, resulta das experiências vividas e das opções tomadas a partir destas experiências, razão pela qual o papel da escola na ativação do desenvolvimento vocacional dos alunos consiste sobretudo em fazer com que suas escolhas passem do plano subjetivo para o objetivo, até a compatibilização do qual eles querem com o que lhes é possível realizar.

A evolução de um período de fantasia para o de tentativa até a consecução do plano realista, que caracteriza o processo de desenvolvimento vocacional, ocorre a partir de 04 fases ou conjuntos de tarefas, com seqüências reversíveis e variáveis, cada uma delas correspondendo a um tipo de pensamento conforme modelo de intelecto de Guilford e comportando habilidades, atitudes e conhecimentos particulares.

A 1ª etapa, denominada "exploração", pressupõe o acúmulo de um grande número de informações por parte do aluno, relativas ao seu meio e a si mesmo, constituindo-se numa etapa de desenvolvimento, e não num período de vida, não estando assim restrita a uma idade, mas inserida num processo. A exploração requer "experimental, investigar e formular hipóteses", implicando também na habilidade de fazer inferências, interpretar informações. O tipo de pensamento que caracteriza esta etapa é o criativo, que consiste na capacidade de produzir associações longínquas, arranjos imprevisíveis, respostas originais, abundância de hipóteses pela diversidade de seus pontos de vista e por seu ajustamento do real conhecido.

Na 2ª etapa, denominada cristalização, as informações relacionadas ao próprio indivíduo e ao seu ambiente serão agrupadas segundo critério, sendo formulada uma classificação de ordem preferencial, a partir do conhecimento das ocupações e dos seus próprios traços e motivações. Esta fase implica em que o indivíduo tenha condição de escolher um campo geral dentro do universo característico da etapa de exploração, começando a estruturar e interpretar o mundo do trabalho a partir de seus dados pessoais. Nesta etapa, o tipo de pensamento característico é o categorial, que consiste em dar uma estrutura àquilo que é aprendido de uma maneira desordenada, isto é, reagrupando as informações, classes, categorias e sistemas. O pensamento categorial é um modo de tratamento pelo qual de um conceito se constrói uma regra.

Na etapa seguinte, especificação, encontra-se o ponto de intercessão entre os valores individuais e as possibilidades do meio, constituindo-se o momento em que o indivíduo vai identificar e hierarquizar valores, e estabele-

lecer as prioridades, para a realização de seus desejos profissionais, convertendo uma preferência vocacional provisória em específica. Nesta fase, o aluno deve tomar uma decisão a partir da compatibilização entre o desejável e o provável, até transformar as intenções em realidades, características de uma última etapa denominada realização.

Os tipos de pensamento que caracterizam as etapas de especificação e de realização são, respectivamente, o avaliativo e o implicativo. O pensamento avaliativo pode ser definido como um processo de comparação que permite selecionar, entre muitos itens, aquele que melhor corresponde aos critérios lógicos de identidade, coerência, adequação às necessidades a serem satisfeitas dentro dos fins fixados.

O pensamento implicativo, por sua vez, consiste em aplicar princípios e teorias a casos particulares e a problemas do meio, aproveitando ao máximo as experiências individuais, de forma a acomodar as informações implícitas através de processos como: antecipação, extrapolação e generalização. Realiza-se numa extensão prática, desenvolvendo as habilidades de planejar e programar, colocando em ordem temporal os dados necessários à demonstração ou à realização de experiências.

A vivência de cada etapa com intensidade favorece o desenvolvimento das etapas posteriores, daí a necessidade de o orientador ativá-las em profundidade, reduzindo dentro do possível as pressões sociais de urgência na tomada de decisões para ingresso prematuro do aluno no mercado de trabalho, através de uma ação sistemática junto à família e à comunidade.

Convém observar que, com relação a clientela de primeiro grau, a ação do orientador deverá estar centrada nas tarefas de exploração e cristalização, esta última como decorrência natural das pressões do próprio sistema econômico-social e pedagógico. Assim, aos educandos devem ser oferecidas situações de aprendizagem que lhes permitam exploração de si mesmos (sondagem de aptidões e interesses), exploração do mundo do trabalho (iniciação para o trabalho) e condições de relacionar alternativas, classificando-as em ordem preferencial de modo a identificar um campo mais delimitado de opção à altura de 8ª série do 1º grau.

As experiências oferecidas ao aluno devem ser vivenciadas, tratadas cognitivamente e integradas sobre o ponto de vista lógico e psicológico, o que reflete o princípio de que a orientação vocacional é um processo interior num indivíduo, e maturidade vocacional extrapola o nível de formação, envolvendo as capacidades de:

- a) "alcançar uma consideração positiva de si mesmo"
- b) "abrir-se a multiplicidade de atividade"
- c) "tolerar a complexidade de escolha"
- d) "despertar suas capacidades introspectivas"
- e) "explicitar as imagens de si"
- f) "conceitualizar suas experiências"
- g) "procurar informações em função de sua identidade pessoal"

**QUADRO SUMÁRIO DA EVOLUÇÃO
DA O. E.**

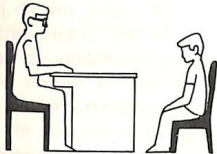
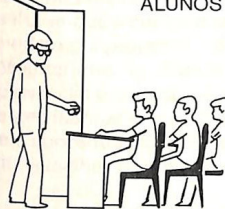
MOMENTO	ENFOQUE	ATUAÇÃO	FUNÇÃO
1º) O.E. x ALUNO 	Corretivo	— centrada no problema — atendimento individual	— Monitora
2º) O.E. x ALUNOS 	Preventivo	— centrada no problema — atendimento individual e coletivo	— Predominantemente monitora — Ocasionalmente assessora
3º) 	Desenvolvimentista e integrativa	— centrada no aluno e no contexto — trabalho com CTA, professor, aluno, pessoal de apoio e família — atendimento predominantemente coletivo — atendimento individual	— Planejador de experiências de aprendizagem alternando as funções monitora e assessora.

FIGURA 4

- h) "ajustar suas aspirações e sua capacidade de correr risco"
- i) "integrar um grande número de variáveis ao momento"
- j) "elaborar estratégias de mudanças e de estabilidade face às decisões"

Vê-se portanto, dentro do contexto atual da orientação educacional e do modelo aqui proposto, que a função do orientador, no âmbito geral da sua atuação ou específico do desenvolvimento vocacional, é a de propor experiências geradoras de aprendizagem significativa, entendendo-se por experiência a oportunidade de "ver, entender, sentir e fazer". Assim, o desempenho competente do orientador exige um preparo técnico — científico, além de um bom nível de funcionamento pessoal, devendo sua atuação estar centrada no contexto de modo a propiciar um clima educativo sadio e bom nível de relacionamento interpessoal. As características individuais do orientando devem ser respeitadas e todos os agentes educativos devem-se embasar na compreensão das etapas evolutivas do aluno, numa tentativa constante de adequar, integrar sua linha de ação. Terá realce especial a função assessora do orientador aqui entendida como a coordenação das influências educativas sobre o aluno, sem com isso se excluir a função monitora, centrada na atuação direta e individualizada junto aos educandos, principalmente nas escolas melhor aquinhoadas do profissional de orientação.

Ressalta-se que a competição integrativa e desenvolvimentista, que identifica o modelo ora proposto, não implica na anulação das características dos momentos anteriores da orientação. A desativação progressiva das características de prevenção e correção constitui-se uma necessidade, tendo em vista as ciências e peculiaridades no nosso sistema de ensino e a comprovação objetiva de que a concentração de esforços de todos os agentes educativos da escola impulsiona melhor o processo de amadurecimento do aluno.

3.2. Operacionalização

Para a execução deste modelo, serão necessárias condições mínimas à estrutura e ao funcionamento do SOE, conforme fundamentação teórica abordada anteriormente. Não se pretende que todas as escolas adotem de imediato a nova proposta. A implantação será iniciada com um projeto experimental que abrangerá 5 escolas da Capital, sendo ampliada gradativamente.

3.2.1. Estrutura

Ao ser prioritário um trabalho centrado no contexto, necessário se faz que o SOE ocupe no organograma da escola uma posição que facilite a sua integração com todos os demais setores. Considerando-se, entretanto, a diversidade de situações entre as unidades escolares de 1º grau, o mais viável será condicionar decisões desta ordem ao estudo, pelas equipes escolares, das

especificidades e exigências das unidades onde se implementará o modelo, adotando-se um posicionamento ao mesmo tempo compatível com este e as peculiaridades da escola.

Ainda em decorrência da atuação centrada no contexto, deixa de ser condição essencial a sala de entrevista e gabinete de trabalho separados, sendo imprescindível, no entanto, a existência de uma sala específica para o SOE, em local de fácil acesso, próxima aos demais setores técnicos e suficientemente ampla, para possibilitar a acomodação dos especialistas, do equipamento e a reunião de pequenos grupos.

Quanto a recursos humanos, a preocupação básica foi de estabelecer módulos que permitissem o atendimento, pelo SOE, à totalidade de alunos da unidade escolar, a partir do uso alternativo das funções monitora e assessora. Assim, sugerimos diversas situações, levando em consideração a capacidade da escola e nível de atendimento.

QUADRO PROPOSTA PARA PROVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Especificação	Caracterização da Escola			Especialistas neces. conforme jorn. de trab.			
	Nível de At.	Nº de Turmas	Nº de Alunos	Tempo parcial		Tempo Integral	
				1ª Prop.	2ª Prop.	1ª Prop.	2ª Prop.
SITUAÇÃO A							
A ¹	I e Pré-Escolar	12 a 20	500 a 800	3 O.Es.	2 O.Es.	2 O.Es.	1 O.E.
A ²	II e III ou I, II e III	12 a 20	500 a 800	4 O.Es.	3 O.Es.	2 O.Es.	2 O.Es.
SITUAÇÃO B							
B ¹	I e Pré-Escolar	21 a 29	840 a 1.160	5 O.Es.	3 O.Es.	3 O.Es.	2 O.Es.
B ²	II e III ou I, II e III	21 a 29	840 a 1.160	6 O.Es.	7 O.Es.	3 O.Es.	2 O.Es.
SITUAÇÃO C							
C ¹	I e Pré-Escolar	30 a 38	1.200 a 1.520	7 O.Es.	4 O.Es.	4 O.Es.	2 O.Es.
C ²	II e III ou I, II e III	30 a 38	1.200 a 1.520	8 O.Es.	5 O.Es.	4 O.Es.	3 O.Es.
D	II e III ou I, II e III	39 a 47	1.560 a 1.880	9 O.Es.	7 O.Es.	5 O.Es.	4 O.Es.
E	II e III ou I, II e III	48 a 56	1.920 a 2.240	12 O.Es.	9 O.Es.	6 O.Es.	5 O.Es.
				1 AS SOE 1 Psc.	1 AS SOE 1 Psc.	1 AS SOE 1 Psc.	— —
F	II e III ou I, II e III	57 a 65	2.280 a 2.600	14 O.Es. 1 O.S. 1 Psic. 2 Aux.	11 O.Es.	7 O.Es. 1 O.S. 1 Psic. 2 Aux.	6 O.Es. — — 2 Aux.

OBSERVAÇÃO: Considerando-se a atual carência do sistema escolar do Estado, a presença dos especialistas em Serviço Social e Psicologia não é condição imprescindível para a implementação do modelo.

As situações que não foram consideradas no quadro anterior serão tratadas em separado, mediante contato da equipe escolar com os elementos da SEC responsáveis pela implantação.

Ainda com relação a recursos humanos, convém ressaltar que o desempenho satisfatório da função do orientador exige, de parte dos profissionais, atitudes, habilidades, capacidades e conhecimento científico, que possibilitem descobrir alternativas adequadas a uma ação eficaz em termos do desenvolvimento do educando, do processo de aprendizagem e da estrutura e dinâmica dos grupos, utilizando-se do contexto educacional. Assim, o orientador deverá ter um bom nível de funcionamento pessoal, apresentando as características abaixo discriminadas:

- a) ser aberto na relação com o outro, reconhecendo e aceitando necessidades, motivações e estilos de respostas individualizadas;
- b) reconhecer a importância da dimensão afetiva e sua influência no desenvolvimento do educando;
- c) demonstrar sensibilidade para captar as reações emocionais e suas causas.
- d) demonstrar capacidade de observação desenvolvida;
- e) demonstrar atitude de ouvinte;
- f) agir como facilitador de relações interpessoais;
- g) utilizar embasamento científico como fundamento de sua ação;
- h) lidar com grupos, captando as dificuldades e trabalhando os emergentes, objetivando o desenvolvimento pessoal e grupal;
- i) atuar como agente de integração das influências educativas na escola;
- j) ser criativo (apresentar respostas inabituais);
- l) ser responsável.

Quanto aos recursos de ordem material e financeira, será da responsabilidade da escola o levantamento das necessidades e seu provimento, levando-se em consideração a capacidade física da unidade, o número de orientadores, as fontes e disponibilidade dos recursos.

A organização interna do Serviço de Orientação deverá garantir a continuidade e melhor fluxo de comunicação dentro do SOE e deste com os demais setores da escola, para racionalização do trabalho.

Considera-se como condição imprescindível para esta organização a existência de:

- a) Currículo Pleno da Unidade
- b) Plano de trabalho do SOE
- c) Arquivo atualizado contendo:
 - i. Horário dos integrantes da equipe
 - ii. Registro das atividades diárias dos O.Es.
 - iii. Controle de correspondência recebida e expedida
 - iv. Registro das informações **sobre** cada turma em pasta própria, incluindo horário integral da turma, relação de professores, resumo e controle das atividades desenvolvidas em caráter grupal e individual, fichas cumulativas dos alunos, resultados gerais obtidos através de questionários, inventários, fichas, testes, etc.
 - v. Cópias de planos, projetos, atas e relatórios.

3.2.2. Funcionamento

Este modelo estará centrado na definição de objetivos básicos e campos de ação estreitamente vinculados ao caráter desenvolvimentista e integrativo da Orientação Educacional, já abordados em item anterior.

3.2.2.1. Objetivo geral do modelo

Determinar princípios básicos que norteiem o posicionamento do orientador educacional como elemento catalizador das forças educativas da escola, com vistas à maior facilitação do processo de maturação do educando.

3.2.2.2. Objetivos específicos por campo de ação

A ação da Orientação Educacional nesta proposta estará centrada em três campos básicos:

- 3.2.2.2.1. Clima educativo
- 3.2.2.2.2. Maturação psicossocial do aluno
- 3.2.2.2.3. Desenvolvimento vocacional

Para o desenvolvimento destes campos de ação, poderão ser adotadas atividades de monitoria e assessoria, variando a predominância de um tipo sobre outro, conforme condições da escola, do serviço e dos objetivos a serem atingidos.

O campo de ação denominado CLIMA EDUCATIVO deverá ser trabalhado pela equipe técnico-administrativa, com vistas à consecução dos seguintes objetivos:

- a) Sensibilizar os elementos da unidade, visando ao envolvimento de todos na problemática escolar e à criação de um clima psicológico favorável.
- b) Diagnosticar a clientela, família e a escola, enfatizando as relações interpessoais de todos os elementos.
- c) Facilitar a caracterização do papel profissional do educador, visando à evidência, em caráter individual e grupal, das dificuldades, aspirações, expectativas e o relacionamento entre os diversos agentes educativos da escola.
- d) Identificar situações emergentes que precisem ser trabalhadas para o fortalecimento do grupo.
- e) Identificar o fluxo de comunicação existente na escola entre os professores, alunos, pessoal técnico-administrativo, pessoal de apoio e família, ressaltando a situação real e a ideal.
- f) Propor metas necessárias à mudanças para melhoria da comunicação na escola e na família.
- g) Identificar novas formas de comunicação e elaboração de instrumentos que possibilitem a consecução das metas.
- h) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando, destacando informes sobre personalidade, condições sócio-econômicas, familiares, ajustamento e rendimento escolar.
- i) Organizar o fornecimento de material informativo que possa ser utilizado pelos professores e pais para facilitar a compreensão do comportamento do aluno, especialmente um material que trate da fundamentação psicológica necessária à solução de problemas escolares e às fases do desenvolvimento humano.
- j) Levantar os comportamentos de entrada do aluno nas áreas cognitivas e afetivas.
- l) Levantar variáveis com relação à problemática da escola, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem e à integração dos elementos da unidade.
- m) Propor metodologia coerente com as necessidades levantadas, junto com o corpo técnico-administrativo.
- n) Participar do planejamento do currículo pleno da escola.
- o) Compatibilizar os interesses da escola e da família, a partir da com-

preensão do currículo escolar e das características das etapas evolutivas do aluno.

- p) Identificar e propor atividades e recursos técnicos junto ao pessoal docente para que, além dos conteúdos específicos, sejam oportunizadas experiências que facilitem a maturação do aluno.
- q) Elaborar programas interrelacionados e proporcionar a troca de experiências significativas.

No campo denominado MATURAÇÃO PSICOSSOCIAL DO ALUNO, enfatizamos a ação com o educando, quer diretamente ou indiretamente, a partir da caracterização da clientela escolar por classe, identificando os comportamentos de entrada, notadamente aqueles ligados à interação do grupo, rendimento escolar e equilíbrio emocional.

Para o desenvolvimento desta área, destacamos a posição do orientador educacional como agente facilitador do processo de maturação do aluno, através da proposição de situações de aprendizagem que facilitem a identificação e controle dos fatores intervenientes neste processo, o tratamento de problemas emergentes, o encaminhamento de casos a serviço especializado e a tentativa de apresentar um concluinte da 8ª série caracterizado pelas condições de:

- a) Reconhecer a importância do autoconhecimento e das relações do indivíduo com o ambiente, condições essenciais no processo de auto-direção.
- b) Reconhecer os principais fatores positivos e negativos intervenientes no seu processo de ajustamento biopsicossocial.
- c) Controlar e/ou oportunizar o controle destes fatores, com vistas a seu crescimento pessoal.
- d) Selecionar e utilizar atividades de lazer, a partir da identificação de seus interesses e necessidades, voltadas para o bem-estar físico e mental.
- e) Identificar meios para realizar, manter e aumentar suas experiências.
- f) Identificar os diversos papéis sociais e suas relações entre si.
- g) Identificar aspectos básicos do relacionamento grupal.
- h) Utilizar a reflexão e análise como instrumento de formação pessoal em termos de padrões culturais, valores, necessidades sociais, aptidões, interesses, dificuldades e possibilidades.
- i) Selecionar alternativas a partir desta análise, para uma tomada de decisões coerente e racional.
- j) Identificar as proporções que devem existir entre a independência e a ação cooperativa.
- l) Reduzir gradativamente a dependência dos pais e de outros adultos.
- m) Estabelecer equilíbrio entre auto e hetero opinião.
- n) Reconhecer a importância da educação sexual identificando noções e estabelecendo relações novas e mais maduras com ambos os sexos.

O terceiro campo de ação do modelo, denominado **DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL**, também enfatiza a ação direta ou indireta com o aluno e se caracteriza pelo íntimo relacionamento com o campo de ativação do processo de maturação psicossocial.

Assim, decidiu-se transcrever as etapas do desenvolvimento vocacional, segundo **CONCEPÇÃO OPERATÓRIA DO DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL** de Pelletier, enumerando os objetivos específicos de cada uma delas:

ETAPAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Exploração	Descobrir que existem, no meio imediato e na sociedade em geral, problemas a resolver e tarefas a realizar. Acumular informações sobre si e sobre o ambiente. Obter informações originais e dificilmente acessíveis em relação ao meio sócio-cultural imediato. Reconhecer que o problema de orientação vocacional existe e é importante. Aceitar a idéia de que o problema de orientação vocacional é complexo e não apresenta respostas únicas e definitivas.
Cristalização	Constatar a necessidade de fazer escolhas. Captar a multiplicidade de pontos de vista a partir dos quais se estabelecem as relações com as ocupações. Selecionar os significados que podem conduzir a conclusões (resultados escolares e extra-escolares), situando-os num esquema de habilidades e talentos. Encontrar por si mesmo alguns atributos que podem permitir a inclusão de muitas experiências. Identificar, em meio a um grande número de atividades, aquelas para as quais demonstra interesse mais durável. Organizar o mundo de trabalho, baseando-se nos componentes de identidade pessoal.

ETAPAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Especificação	Identificar valores e necessidades que estão subjacentes nos comportamentos. Ordenar, segundo a importância, necessidades e valores. Obter informações segundo critérios determinados. Descobrir possibilidades.
Realização	Rever as etapas e a decisão. Operacionalizar e planificar as etapas da decisão. Antecipar dificuldades. Proteger a decisão tomada. Formular escolhas de renovação.

Os objetivos ligados a cada etapa serão desenvolvidos através de situações de aprendizagem, observando-se os modos experienciais e os procedimentos cognitivos de acordo com os níveis já descritos no modelo teórico. Apesar de constar deste documento as tarefas relativas à etapa de realização, só em casos raros elas vão ser ativadas no 1º grau, considerando-se a condição pessoal dos educandos deste grau de Ensino, sua capacidade e sua necessidade de realizar.

Ressaltamos que os objetivos enunciados neste trabalho serão desenvolvidos através de passos progressivos, de acordo com as necessidades psicossociais do aluno dentro das diversas séries do 1º grau. Esta atividade será realizada pelos Orientadores Educacionais através da identificação das necessidades supracitadas.

3.3. Controle e avaliação

A implementação do modelo deverá ser procedida da elaboração de um Projeto experimental específico a nível de sistema, que norteará o processo a ser desencadeado nas escolas, e de um treinamento envolvendo os O.Es. que participarão do projeto. Neste projeto serão detalhados os critérios e tipos de instrumentos a serem utilizados, bem como a definição das responsabilidades dos órgãos e elementos envolvidos.

A avaliação se processará nas escolas de modo contínuo, e sempre em função dos objetivos propostos neste documento, devendo predominar o índice de melhoria alcançado pela escola como um todo, sobre os aspectos de crescimento do serviço como unidade isolada.

Considerando-se a atuação centrada no contexto, a avaliação deverá atingir todos os agentes do processo educativo, cabendo ao Orientador Educacional, junto aos demais elementos do corpo técnico-administrativo, a sistematização e aplicação de meios e instrumentos, conforme critérios preestabelecidos.

A realimentação do processo será efetivada através de reuniões sistemáticas, quando deverão ser levantados os percentuais de desvios e suas possíveis causas com vistas ao replanejamento.

A N E X O S

A N E X O 1

DECRETO Nº 72.846 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 1973

REGULAMENTA A LEI Nº 5.564, de 21 DE DEZEMBRO DE 1968, QUE PREVÊ SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ORIENTADOR EDUCACIONAL.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º — Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º Graus, visando-se ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º — O exercício da profissão do Orientador Educacional é privativo:

I — Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diploma expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.

II — Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

III — Dos diplomas em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.

Art. 3º — É assegurado ainda o direito de exercer a profissão de Orientador Educacional:

I — Aos formandos que tenham ingressado no curso antes da vigência da Lei 5.692/71, na forma do art. 63, da lei nº 4.024/61, em todo o ensino de 1º e 2º graus.

II — Aos formandos que tenham ingressado no curso antes da vigência da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, até a 4ª série do ensino de 1º Grau.

Art. 4º — Os profissionais, de que tratam os artigos anteriores, somente poderão exercer a profissão após satisfazerem os seguintes requisitos:

I — Registro de diplomas ou certificados no Ministério da Educação e Cultura.

II — Registro profissional no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º — A profissão de ORIENTADOR EDUCACIONAL, observadas as condições previstas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio do planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento e acompanhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional.

Art. 6º — Os documentos referentes ao campo de ação profissional de que trata o artigo anterior só terão validade quando assinalados por Orientador Educacional, devidamente registrado na forma desse regulamento.

Art. 7º — É obrigatória a citação do número do registro de Orientador Educacional em todos os documentos que levam sua assinatura.

Art. 8º — São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1. Escola
2. Comunidade

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.

- j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.
- l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

Art. 10º — No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister qualificação de Orientador Educacional, requer-se como condição essencial, que os candidatos hajam satisfeito, previamente, as exigências da Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968 e deste regulamento.

Art. 11º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Confúncio Pamplona

ESCOLAS QUE DISPÕEM DE SOE POR LOCALIZAÇÃO, NÍVEL DE ENSINO, MODELO DE AÇÃO
E NÚMERO DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS

- 1976 -

Nº DE ORDEM	E S C O L A	LOCALIZAÇÃO	NÍVEL DE EN- SINO COM ATENDIMEN- TO PELO SOE	MODELO DE AÇÃO	CAPACI- DADE FI- SICA (Aprox.)	Nº DE O.Es. ATUANTES	OBSERVAÇÕES
01	Cardenal da Silva	Capital	I	B	1.200	01	
02	C.A. Manoel Vitorino	"	"	"	1.000	02	
03	Cupertino de Lacerda	"	"	"	800	01	
04	Dionísio Cerqueira	"	"	"	600	02	
05	Getúlio Vargas	"	"	"	1.200	01	
06	Henriqueta Catarino	"	"	"	800	01	
07	Instituto dos Cegos da Bahia	"	I (especiali- zado)	"	100	01	
08	Maria Quitéria	"	I	"	500	01	
09	Pedro Ribeiro	"	"	"	1.100	01	
10	Visconde de Cairu	"	"	"	500	01	
11	Centro Educacional Carneiro Ribeiro Classe II Classe III Classe IV	"	II e III	"	5.000	04	
12	Centro Integrado Anísio Teixeira	"	"	"	2.400	01	
13	Centro Integrado Luis Tarquínio	"	"	"	2.400	03	
14	Centro Integrado Luis Viana Filho	"	"	"	2.400	07	
15	Colégio Estadual Pres. Costa e Silva	"	"	"	1.100	01	

Nº DE ORDEM	E S C O L A	LOCALIZAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO COM ATENDIMENTO TOPELO SOE	MODELO DE AÇÃO	CAPACIDADE FÍSICA (Aprox.)	Nº DE O.Es. ATUANTES	OBSERVAÇÕES
16	Complexo Escolar Carneiro Ribeiro Filho	"	"	"	1.600	01	
17	Complexo Escolar Alípio Franca	"	"	"	1.500	03	
18	Complexo Escolar Cosme de Farias	"	"	"	800	01	
19	Complexo Escolar Duque de Caxias	"	"	"	1.800	04	
20	Complexo Escolar Edgar Santos	"	"	"	2.200	05	
21	Complexo Escolar Góes Calmon	"	"	"	2.200	07	
22	Complexo Escolar Lomanto Júnior	"	"	"	1.200	03	
23	Complexo Escolar Manoel Devoto	"	"	"	2.600	02	
24	Complexo Escolar Marquês de Maricá	"	"	"	900	01	
25	Complexo Escolar Navarro de Brito	"	"	"	2.800	02	
26	Complexo Escolar Paulo Américo	"	"	"	1.100	02	
27	Complexo Escolar Pinto de Carvalho	"	"	"	3.200	01	
28	Escola Azevedo Fernandes	"	"	"	500	02	
29	Escola Castro Alves	"	"	"	800	01	
30	Escola Eurícles de Matos	"	"	"	1.000	02	
31	Escola Evaristo da Veiga	"	"	"	1.300	02	
32	Escola Frederico Costa	"	"	"	800	01	
33	Escola Hildete Lomanto	"	"	"	1.200	02	
34	Escola João das Botas	"	"	"	700	02	
35	Escola Polivalente de Amaralina	"	"	A	800	01	
36	Escola Polivalente de San Diego	"	"	"	800	01	
37	Escola Presciliano Silva	"	"	B	1.200	02	
38	Escola Rui Barbosa	"	"	"	700	03	
39	Escola Tereza Conceição Menezes	"	"	"	1.000	01	
40	ICEIA	"	"	"	2.000	06	

Nº DE ORDEM	E S C O L A	LOCALIZAÇÃO	NÍVEL DE EN- SINO COM ATENDIMEN- TO PELO SOE	MODELO DE AÇÃO	CAPACI- DADE FI- SICA (Aprox.)	Nº DE O.Es. ATUANTES	OBSERVAÇÕES
41	Núcleo Educacional Góes Calmon	"	"	"	1.000	01	CR de Itabuna
42	Centro Integrado de Ed. Rômulo Galvão	Interior	"	"	1.000	01	CR de Itabuna
43	Centro Integrado Oscar Marinho Falcão	"	"	"	1.600	01	CR de Itabuna
44	Colégio Estadual de Itabuna	"	"	"	1.000	02	CR de Itabuna
45	Colégio Firmino Alves	"	"	"	600	01	CR de Itabuna
46	Colégio Estadual de Jacobina	"	"	"	1.000	01	CR Jacobina
47	Colégio Estadual de Valente	"	"	"	1.000	01	CR Serrinha
48	Inst. Ed. Anísio Teixeira - Caetité	"	"	A	1.200	01	CR Caetité
49	Escola Polivalente de Camacã	"	"	"	500	01	CR Itabuna
50	Escola Polivalente de Campo Formoso	"	"	"	800	01	CR Juazeiro
51	Escola Polivalente de Candeias	"	"	"	800	01	CR/1B Salvador
52	Escola Polivalente de Castro Alves	"	"	"	800	01	CR F. de Santana
53	Escola Polivalente de Coité	"	"	"	800	01	CR Serrinha
54	Escola Polivalente de Conc. do Almeida	"	"	"	800	01	CR Stº Amaro
55	Escola Polivalente de Feira de Santana	"	"	"	800	01	CR F. de Santana
56	Escola Polivalente de Gandu	"	"	"	800	01	CR Itabuna
57	Escola Polivalente de Ipirá	"	"	"	800	01	CR F. de Santana
58	Escola Polivalente de Irecê	"	"	"	800	01	CR Irecê
59	Escola Polivalente de Itajuípe	"	"	"	800	01	CR Itabuna
60	Escola Polivalente de Itanhém	"	"	"	800	01	CR Caravelas
61	Escola Polivalente de Itapetinga	"	"	"	800	01	CR Itapetinga
62	Escola Polivalente de Juazeiro	"	"	"	800	01	CR Juazeiro
63	Escola Polivalente de Livramento	"	"	"	800	01	CR Vit. Conquista
64	Escola Polivalente de Maragogipe	"	"	"	800	01	CR Jacobina
65	Escola Polivalente de Miguel Calmon	"	"	"	800	01	CR Jacobina

Nº DE ORDEM	E S C O L A	LOCALIZAÇÃO	NÍVEL DE EN- SINO COM ATENDIMEN- TO PELO SOE	MODELO DE AÇÃO	CAPACI- DADE FI- SICA (Aprox.)	Nº DE O.Es. ATUANTES	OBSERVAÇÕES
66	Escola Polivalente de Mundo Novo	"	"	"	800	01	CR F. de Santana
67	Escola Polivalente de Paulo Afonso	"	"	"	800	01	CR P. Afonso
68	Escola Polivalente de S. Gonçalo	"	"	"	800	01	CR F. de Santana
69	Escola Polivalente de S. Sebastião do Passé	"	"	"	800	01	CR Stº Amaro
70	Escola Polivalente de Vitória da Conquista	"	"	"	800	01	CR Vit. Conquista

A N E X O 3

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO SOE

Gostaríamos de obter uma indicação de seu conhecimento sobre o Serviço de Orientação Educacional na sua escola e da sua impressão sobre ele.

Esta informação é importante para o desenvolvimento das atividades deste serviço no próximo ano. Por favor, seja franco nas suas respostas.

Acontece ou não na sua escola?				Instruções: À esquerda de cada questão, marque (X) para indicar se a atividade é exercida ou não na escola. À direita de cada questão, marque (X) na coluna que representa sua opinião sobre o nível de adequação de cada atividade.	De que maneira?				
Sim	Não	?	Nenhuma		Inadequada	Adequada	M. Adequada	???	
				O programa de Orientação Educacional da Sua escola é útil para todos os estudantes? A equipe da sua escola planeja cooperativamente com o SOE? O seu serviço de Orientação tem sido útil na adaptação de novos alunos na escola?					

Acontece ou não na sua escola?					Instruções: À esquerda de cada questão, marque (X) para indicar se a atividade é exercida ou não na escola. À direita de cada questão, marque (X) na coluna que representa sua opinião sobre o nível de adequação de cada atividade.	De que maneira?			
Sim	Não	?				Nenhuma	Inadequada	Adequada	M. Adequada
					Você discute com seus alunos aspectos vinculados a sua área vocacional?				
					Tem você participado com o orientador e professores de estudos de caso?				
					Os materiais informativos do SOE são manipulados pelos professores e alunos?				
					A equipe técnica planeja cooperativamente a avaliação das atividades dos estudantes em relação ao seu potencial?				
					As responsabilidades dos professores no programa de orientação são claramente definidas e entendidas?				
					As sessões de grupo são utilizadas no programa do SOE?				
					Os professores aceitam e apoiam o SOE?				
					Você investiga a assistência do orientador na ajuda aos alunos?				

Acontece ou não na sua escola?					Instruções: À esquerda de cada questão, marque (X) para indicar se a atividade é exercida ou não na escola. À direita de cada questão, marque (X) na coluna que representa sua opinião sobre o nível de adequação de cada atividade.	De que maneira?				
Sim		Não		?		Nenhuma	Inadequada	Adequada	M. Adequada	???
					Os estudantes aceitam e apoiam o SOE?					
					O estudante é ajudado pelo SOE no processo de opção curricular?					
					É dada aos alunos a oportunidade de discutirem problemas do seu interesse?					
					O estudante de sua escola é ajudado no seu planejamento curricular para atender às necessidades individuais?					
					São organizadas atividades para desenvolvimento de bons hábitos de estudo entre os estudantes?					
					O SOE de sua escola ajuda o aluno a autoconhecer-se?					

A N E X O 4

INVENTÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL (IAAPoo)

I T E M S

- 01) Realiza sessões de orientação em grupo com os alunos, visando ao desenvolvimento sócio-emocional (F. Monitora).
- 02) Participa de reuniões com direção e equipe técnica a fim de garantir uma unidade de ação pedagógica na escola (F. Assessora).
- 03) Reforça ou modifica seus modos de atuação a partir da avaliação periódica de seu desempenho. (F. Assessora).
- 04) Dá aulas de informação profissional aos alunos (F. Monitora).
- 05) Encaminha os alunos para pequenos estágios que lhes permitam vivenciar certos aspectos de profissões diversas (F. Monitora).
- 06) Trabalha na adaptação de alunos indisciplinados, problemáticos ou desajustados (F. Monitora).
- 07) Assiste os professores na construção de uma ficha de avaliação dos alunos, coerente com os objetivos educacionais (F. Assessora).
- 08) Trabalha com cada professor para que ele conheça bem os objetivos específicos de sua área e possa melhor explorá-la com vistas à orientação vocacional dos alunos (F. Assessora).
- 09) Programa a aplicação de testes de orientação profissional com a colaboração de especialistas (F. Monitora).
- 10) Organiza e mantém um registro cumulativo dos dados sobre os alunos. (F. Assessora).
- 11) Promove a vinda à escola de profissionais de várias áreas, a fim de debaterem com os alunos sobre as respectivas profissões (F. Monitora).
- 12) Estuda com os familiares as possibilidades de melhorar o relacionamento pais — filhos (F. Assessora).
- 13) Formula objetivos para o Serviço de Orientação Educacional, determinando os modos de atuação e estabelecendo formas de avaliação (F. Assessora).
- 14) Solicita a colaboração dos professores, diretor e demais profissionais da escola no reconhecimento e identificação dos problemas dos alunos (F. Assessora).
- 15) Discute com a direção e equipe técnica a orientação disciplinar a ser dada pela escola (F. Assessora).

- 16) Fornece à direção, técnicos e professores, esclarecimentos sobre a fundamentação psicológica necessária à solução de problemas escolares (F. Assessora).
- 17) Esclarece os professores acerca da necessidade de adequar o ensino às capacidades e aos interesses de seus alunos (F. Assessora).
- 18) Mantém um fichário atualizado de oportunidades educacionais e profissionais existentes (F. Monitora).
- 19) Discute com os alunos sobre a melhor maneira de racionalizarem seus estudos (F. Monitora).
- 20) Entrevista os pais de alunos que apresentam dificuldades especiais (F. Assessora).
- 21) Organiza visitas e excursões e complementa o trabalho de informação profissional (F. Monitora).
- 22) Procura levar o aluno a refletir sobre suas próprias possibilidades e limitações (aptidões, interesses e características de personalidades) (F. Monitora).
- 23) Elabora perfis de classe com base em características comportamentais, padrões de interação do grupo, aproveitamento escolar e aspecto disciplinar (F. Assessora).
- 24) Faz um trabalho de seguimento (follow-up) para os alunos que deixaram a escola (F. Monitora).
- 25) Planeja o trabalho de recuperação escolar dos alunos, com a colaboração da direção, equipe técnica e corpo docente (F. Assessora).
- 26) Faz aconselhamento de alunos das últimas séries visando à melhor opção profissional possível (F. Monitora).
- 27) Apresenta relatórios periódicos sobre as atividades realizadas pelo Serviço de Orientação Educacional (F. Assessora).
- 28) Faz um levantamento completo dos alunos novos e planeja para estes um programa de adaptação à escola (F. Monitora).
- 29) Discute com os professores quais os fatores que influenciam o comportamento desviante dos alunos e os efeitos positivos ou negativos da punição (F. Assessora).

A N E X O 5

OBJETIVOS GERAIS DOS SOEs DE 25 UNIDADES ESCOLARES DA CAPITAL (1976)

1. Observar e acompanhar sistematicamente o rendimento escolar do aluno, com assistência especial àqueles que apresentam distúrbios de aprendizagem, participando também do processo de avaliação e recuperação dos mesmos.
2. Favorecer a adaptação do aluno a sua nova realidade escolar, incorporando novos hábitos e atitudes.
3. Relacionar o SOE com os demais setores, visando maior participação no plano global da escola.
4. Sensibilizar o corpo administrativo, docente e discente para aceitação e participação nas atividades do SOE.
5. Propiciar o treino de vivência grupal e orientação de aprendizagem.
6. Oferecer condições favoráveis à criação de um relacionamento humano do aluno frente a si e aos grupos.
7. Informar aos alunos da 8ª série as profissões existentes a nível de 2º grau na rede estadual e particular de Salvador.
8. Promover situações de conhecimento de si, das profissões e do mercado de trabalho para uma opção profissional consciente.
9. Concentrar esforços a fim de que a família e o aluno possam valorizar as condições oferecidas pela escola e pela comunidade para que o educando se ajuste psicopedagógica e socialmente.
10. Sistematizar a ação do O.E. nos níveis II e III.
11. Estabelecer diretrizes de ação educativa que permitam ao aluno fazer opções básicas de vida, autoconhecimento, descoberta de suas possibilidades individuais e escolher, dentro de seus interesses e aptidões, as atividades que lhes oportunizem iniciar no mundo de trabalho.
12. Atender sistematicamente à 5ª série, visando a mudanças comportamentais, através de uma ação integrada.
13. Proporcionar meios para o acompanhamento sistemático ao educando, no que diz respeito aos aspectos psicopedagógico e social, oportunizando aos mesmos uma auto-afirmação, uma opção mais consciente no âmbito profissional.
14. Melhor disciplina e socialização do educando.
15. Informar a comunidade escolar a respeito dos planos, projetos e prioridades do SOE.

16. Promover meios de um atendimento eficaz e consciente das prioridades: rendimento escolar, treinamento para o trabalho de grupo, informação profissional.
17. Conscientizar o educando de sua responsabilidade nas tarefas de AP e o valor da mesma na sua formação psicossocial.
18. Promover trabalhos integrativos entre os diversos serviços, grupos e elementos da unidade.
19. Desenvolver atitudes positivas de comportamento.
20. Facilitar o desenvolvimento do autoconhecimento, autocrítica, auto-aceitação e autoconceito.
21. Elevar o nível de atendimento global do aluno na escola, a fim de satisfazer melhor as suas necessidades.
22. Orientar o aluno individual e coletivamente, proporcionando meios para o ajustamento social, levando em consideração as diferenças individuais.
23. Promover meios a fim de elevar o nível de rendimento da aprendizagem do educando.
24. Orientar os alunos em ação conjunta (escola, família, comunidade) para que os mesmos estruturam e também refaçam seus esquemas de comportamento, de modo que estes se revertam em crescimento pessoal e se tornem algo significativo para suas vidas nos planos: familiar, escolar, social, moral e religioso.
25. Desenvolver ação integradora junto aos professores, coordenadores pedagógicos e corpo administrativo, visando a uma troca de informações que levem o SOE a ser realmente parte integrante do processo educativo na unidade escolar.
26. Desenvolver uma ação facilitadora e integradora entre escola e família.
27. Desenvolver uma ação que facilite ao aluno um melhor rendimento na aprendizagem e, conseqüentemente, um maior aproveitamento na escola.
28. Oferecer condições favoráveis à criação de um relacionamento humano mais coerente do aluno frente a si e aos grupos.
29. Estabelecer um esquema de informações quanto ao funcionamento dos cursos de 2º grau, orientando o aluno para as opções profissionais mais acertadas.
30. Estabelecer um mecanismo que facilite a interrelação escola-família, informando e esclarecendo assuntos pedagógicos e sociais que visem a uma ajuda indireta ao aluno.
31. Desenvolver uma ação facilitadora da integração entre os setores técnico-administrativos da escola.

A N E X O 6

PROJETOS PROPOSTOS E EXECUTADOS PELOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM 25 UNIDADES ESCOLARES DA CAPITAL

P R O J E T O S	PROPOS- TOS	EXECUTA- DOS
1. Informação Profissional	15	14
2. Acompanhamento psicopedagógico social do corpo discente	04	03
3. Integração escola x família	06	04
4. Sessões de grupo para 5ª série	03	02
5. Sistematização das atividades rotineiras	02	02
6. Círculo de pais	02	02
7. Divulgação das funções, objetivos e atividades do SOE ao corpo docente, discente de apoio	02	01
8. Orientação sistemática aos representantes de turma	02	—
9. Relações Humanas	03	02
10. Comunidade	01	—
11. Criatividade em comunicação	01	01
12. Atividade programada para o ano 76	01	01
13. Aperfeiçoamento do pessoal de apoio	01	01
14. Problemas da juventude	01	01
15. Acompanhamento do rendimento no processo ensino-aprendizagem	03	03
16. Aprendizagem	01	—
17. Elevação do nível de aprendizagem	01	01
18. Conselho discente	01	—
19. Liderança	01	01
20. Aproveitamento da liderança através da monitoria	01	01
21. Formação de líderes	01	01
22. Sistema de monitoria	01	—
23. Sistematização da assistência aos professores	01	—
24. Treinamento do O.E. de turma	01	01
25. Influência do SOE na ação técnico-pedagógica	01	01

P R O J E T O S		PROPOS- TOS	EXECUTA DOS
26.	Informação ocupacional	01	—
27.	Levantamento de áreas ocupacionais, mercado de trabalho e cursos técnicos da comunidade	01	—
28.	SIP — Serviço de Informação Profissional	01	01
29.	Sessões de grupo	01	01
30.	Sessões de acompanhamento sistemático às 8 ^{as} séries	01	01
31.	Sessões de acompanhamento sistemático às 5 ^{as} séries	01	01
32.	Normas disciplinares da nossa escola	01	01
33.	Medidas preventivas e terapêuticas para desajustamentos comportamentais	01	01
34.	Atendimento às solicitações que surjam durante o período letivo	01	01
35.	Psicomotricidade	01	01
36.	Informação sexual	01	01
37.	Vivência grupal	01	01
38.	Atendimento às 5 ^{as} e 6 ^{as} séries	—	01
39.	Atendimento às 7 ^{as} e 8 ^{as} séries	—	01
Projetos previstos — 69			
Projetos executados — 55			

A N E X O 7

ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDA EM 25 UNIDADES ESCOLARES DE NÍVEIS I, II e III (CAPITAL — 1976)

- desenho coletivo
- Jogos
- Ficha profissiográfica
- informação de cursos profissionalizantes
- feira de informação profissional
- visitas a instituições profissionalizantes e empresas
- palestras sobre profissões
- criação de equipes para pesquisa
- treinamento e acompanhamento das equipes
- participação sobre qualidades e requisitos das profissões
- autobiografia (interesses e aptidões)
- autobiografia do futuro
- profissiodrama
- coleta e confecção de material informativo e ilustrativo
- intercâmbio e contatos com órgãos de informação profissional
- estudo e discussão dos currículos das diversas escolas
- Consultas a pastas com material arquivado sobre diversas profissões.
- utilização do dicionário de ocupações
- Levantamento das escolas de 2º grau
- análise das características das profissões
- reunião de alunos com o mesmo interesse profissional
- técnicas de dinâmica de grupo que permitam conhecimento grupal e autoconhecimento
- visita à Feira de Informação Profissional realizada pelo 2º grau.

Composto e Impresso na Escola Gráfica N. S. de
Lorêto - Rua João Florêncio, 2-A - Tel. 245-1213
Salvador — Bahia